

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIAS
ESCOLA DE DIREITO, NEGÓCIOS E COMUNICAÇÃO
CURSO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

LIANA CUNHA GOMES

**AS GRANDES CORPORações, A REPRESSÃO ESTATAL E O ATAQUE AOS
DIREITOS TRABALHISTAS NO BRASIL:
DO GOLPE DE 1964 AO “MILAGRE ECONÔMICO”**

GOIÂNIA

2022

LIANA CUNHA GOMES

AS GRANDES CORPORAÇÕES, A REPRESSÃO ESTATAL E O ATAQUE AOS
DIREITOS TRABALHISTAS NO BRASIL:
DO GOLPE DE 1964 AO “MILAGRE ECONÔMICO”

Trabalho de conclusão de curso de graduação
apresentado à Escola de Direito, Negócios e
Comunicação da Pontifícia Universidade Católica
de Goiás, como requisito parcial para obtenção do
grau de Bacharel(a) em Relações Internacionais.
Orientador(a): Dr. Danillo Alarcon

GOIÂNIA

2022

Gomes, Liana Cunha. 2022.

As grandes corporações, a repressão estatal e o ataque aos direitos trabalhistas no Brasil: do golpe de 1964 ao “Milagre Econômico”/Liana Cunha Gomes. – Goiânia, 2022.

Total de folhas: 51f. il.

Orientador: Prof. Dr. Danillo Alarcon

Monografia (Curso de Graduação em Relações Internacionais) - Pontifícia Universidade Católica de Goiás. Escola de Direito, Negócios e Comunicação, Goiânia, 2022.

1. Ditadura Militar; 2. Direitos Trabalhistas; 3. Grandes empresas; 4. Milagre Econômico.

I. Pontifícia Universidade Católica de Goiás. Escola de Direito, Negócios e Comunicação. II. Direitos Trabalhistas de Castelo Branco ao Milagre Econômico e a Participação das Grandes Empresas.

FOLHA DE APROVAÇÃO

Liana Cunha Gomes

AS GRANDES CORPORações, A REPRESSÃO ESTATAL E O ATAQUE AOS
DIREITOS TRABALHISTAS NO BRASIL:
DO GOLPE DE 1964 AO “MILAGRE ECONÔMICO”

Trabalho de conclusão de curso de graduação
apresentado à Escola de Direito, Negócios e
Comunicação da Pontifícia Universidade Católica
de Goiás, como requisito parcial para obtenção do
grau de Bacharel(a) em Relações Internacionais.
Orientador(a): Dr. Danillo Alarcon

Aprovada em 13 de junho de 2022.

BANCA EXAMINADORA:

Dr. Danillo Alarcon (Orientador – PUC Goiás)

Dr. Pedro Araújo Pietrafesa (PUC Goiás)

Me. Guilherme Augusto Carvalho Batista (PUC Goiás)

RESUMO

Uma questão muito debatida dentro do tema da ditadura militar é a grande opressão. No caso do Brasil foram feitas investigações que resultaram em um relatório feito pela Comissão Nacional da Verdade (2011-2014) e que aponta toda a violência da época e citam os envolvidos, tanto os militares quanto os civis. O objetivo deste trabalho é compreender a relação próxima e fundamental entre o grande empresariado – brasileiro e internacional – nas políticas de repressão do regime brasileiro entre os anos 1960 e 1970, tendo em vista seus fins econômicos, com grande impacto especialmente para os direitos trabalhistas. A principal pergunta é como as grandes corporações – especialmente as multinacionais – auxiliaram na construção de um regime repressivo no Brasil? As empresas que serão estudadas são tanto nacionais, como o Grupo Globo e os Bancos Bradesco e Itaú, quanto internacionais, como as montadoras Fiat, General Motors e Volkswagen. É preciso entender o porquê o apoio aos militares era positivo para elas e como essa adesão ao regime repressivo impactava na vida dos trabalhadores brasileiros, por fim mostrando que essas empresas ainda continuariam apoiando o governo enquanto ele estivesse acontecendo. Ou seja, é preciso entender como as grandes corporações, nacionais e multinacionais, se aproveitaram do regime civil-militar brasileiro para lucrar em torno do que seria chamado “Milagre Econômico”, especialmente marcante no início dos anos 1970. Para a realização deste trabalho foram coletados dados obtidos através de uma pesquisa qualitativa e do método descritivo.

Palavras-chave: Ditadura Militar; Direitos Trabalhistas; grandes empresas; Milagre Econômico.

ABSTRACT

A much-debated issue within the subject of military dictatorships is the great oppression. In the case of Brazil, investigations were carried out that resulted in a report made by the National Truth Commission (2011-2014) that points out all the violence of the time and mentions those involved, both the military and civilians. The objective of this work is to understand the close and fundamental relationship between the big business – Brazilian and international – in the policies of repression of the Brazilian regime between the 1960s and 1970s, in view of its economic purposes, with great impact especially on labor rights. The main question is how have large corporations – especially multinationals – helped build a repressive regime in Brazil? The companies that will be studied are both national, such as Grupo Globo and Banco Bradesco and Itaú, and international, such as automakers Fiat, General Motors and Volkswagen. It is necessary to understand why support for the military was positive for them and how this adherence to the repressive regime impacted the lives of Brazilian workers, finally showing that these companies would still continue to support the government while it was happening. In other words, it is necessary to understand how large corporations, national and multinational, took advantage of the Brazilian civil-military regime to profit from what would be called "Economic Miracle", especially striking in the early 1970s. The collected data was obtained through a qualitative research and the descriptive method.

Key Words: Military Dictatorship; Labor Rights; big business; Economic Miracle.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	07
1 DO GOLPE AO GOVERNO MÉDICI: O BRASIL ENTRE OS ANOS 1960 E 1970.....	09
1.1 O GOLPE DE 1964: UM ATAQUE À DEMOCRACIA E AOS DIREITOS DOS TRABALHADORES.....	10
1.2 A INSTITUCIONALIZAÇÃO DO REGIME CIVIL-MILITAR: CASTELO BRANCO (1964-1967) E COSTA E SILVA (1967-1969)	12
1.2.1 Castelo Branco.....	13
1.2.2 Costa e Silva.....	16
1.3 MÉDICI NA PRESIDÊNCIA DO BRASIL.....	20
2 O APARATO REPRESSIVO E O PAPEL DO EMPRESARIADO NO FINANCIAMENTO DA MÁQUINA DITATORIAL.....	24
2.1 O PAPEL DAS MULTINACIONAIS NO PROJETO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DO BRASIL.....	24
2.1.1 O Milagre Econômico – Para Quem?	26
2.2 A ALIANÇA ENTRE O EMPRESARIADO E A MÁQUINA DE REPRESSÃO.....	27
2.2.1 A Oban.....	28
2.2.2 Volkswagen.....	30
2.2.3 General Motors.....	32
2.2.4 Fiat.....	33
2.2.5 Grupo Globo.....	34
2.2.6 Bancos.....	36
2.2.7 Outras empresas.....	38
2.3 AS CONSEQUÊNCIAS PARA A VIDA DO TRABALHADOR BRASILEIRO.....	38
CONCLUSÃO.....	43
REFERÊNCIAS.....	45

INTRODUÇÃO

O Brasil é atualmente um país democrático, entretanto assim como os países vizinhos da América do Sul também já teve um período de ditadura militar que durou vinte e um anos (1964-1985). Este período ficou marcado na história do país pela violência, e no caso do comércio pela presença de empresas que se aliaram ao governo na manutenção da repressão (VENDRUSCOLO, 2020).

Um dos momentos mais violentos e repressores lembrados pela história é a criação do Ato Institucional nº5 (AI-5), em 1968, mesmo período em que vários empresários ajudaram com a repressão do regime, por exemplo, financiando a Operação Bandeirante (Oban). Durante o governo de Costa e Silva começou a aparecer aos militares uma necessidade de aumentar a repressão contra aqueles que fossem oposição ao regime, criando então o AI-5 (BRASIL, 2014a). Foi criada então a OBAN, com o intuito de promover uma atuação conjunta entre os órgãos de segurança do país (federais e estaduais). O objetivo da Operação Bandeirantes era integrar os órgãos repressivos (BRASIL, 2014b).

Desde o fim da Segunda Guerra Mundial o Brasil enfrentou obstáculos de fins políticos, tecnológicos e financeiro para aprimorar sua economia. Porém, a partir de um movimento de expansão que combinou a abertura econômica com o fortalecimento das empresas estatais foi possível o aprofundamento do processo de industrialização que substituiria a importação, assim em meados dos anos 1950 a economia nacional começou a se desenvolver (MACIEL, 2014).

Em relação a isso um novo padrão de acumulação capitalista começou a aparecer no Brasil, que seria iniciado pelas empresas estrangeiras que comandavam as indústrias de bens de consumo duráveis. Esse acontecimento acarretou mudanças na dinâmica econômico-social do Brasil e tornou a economia nacional ainda mais dependente do capital estrangeiro (MACIEL, 2014).

O objetivo do trabalho é entender como as grandes empresas presentes no Brasil naquele período atuavam durante a ditadura e qual era a contribuição dessas empresas para a continuação do regime, para em seguida compreender como a vida dos trabalhadores era afetada com essa relação entre empresas e governo. Ou seja, é preciso entender como as grandes corporações, nacionais e multinacionais, se aproveitaram do regime civil-militar brasileiro para lucrar em torno do que seria chamado “Milagre Econômico”, especialmente marcante no início dos anos 1970.

Diante disso, a ideia do trabalho é analisar como foram os três primeiros governos ditatoriais, com os presidentes Humberto Castelo Branco, Artur da Costa e Silva e Emílio Garrastazu Médici, usando embasamento em trabalhos contextuais e históricos de autores como Boris Fausto (2006), Carlos Fico (2004), Rubens Ricupero (2017), Amado Luiz Cervo e Clodoaldo Bueno (2002), entre outros. As principais perguntas da pesquisa são: como os direitos trabalhistas eram desrespeitados durante esse período? E qual a interferência das grandes empresas na violação dos direitos trabalhistas? Ou seja, como as grandes corporações – especialmente as multinacionais – auxiliaram na construção de um regime repressivo no Brasil?

A divisão do trabalho é feita em dois capítulos, sendo que o primeiro tratado golpe ao Governo Médici (entre os anos 1960 e 1970), mostrando a nova realidade brasileira, pós o golpe. Relata como funcionava a estrutura social e política nacional durante este período, como as mudanças perante as leis, com a adição dos Atos Institucionais (AI) que foi de forte importância para a diminuição dos direitos civis e políticos da população.

Em seguida, o segundo capítulo trata do aparato repressivo e o papel do empresariado no financiamento da máquina ditatorial e mostra como a realidade das pessoas mudou com a repressão, com foco para como era a realidade dos trabalhadores dentro das grandes empresas e relatar como essas empresas ajudaram na manutenção do golpe e as consequências fornecidas pelo governo. Para auxiliar na explicação serão apresentados relatos de como eram as realidades de trabalhadores dentro de grandes empresas como Volkswagen, a General Motors, Banco Itaú, Fiat e o Grupo Globo. E para finalizar, apresenta-se a conclusão.

1 DO GOLPE AO GOVERNO MÉDICI: O BRASIL ENTRE OS ANOS 1960 E 1970

João Goulart chegou à presidência do Brasil em 1961, após a renúncia de Jânio Quadros. Goulart seguia uma linha de projetos de apoio as reformas de base (administrativa, fiscal, agrária), e apoiava os trabalhadores. Neste momento é importante lembrar que os grandes latifundiários seriam afetados pela reforma agrária, sendo assim esses grandes latifundiários, e grande parte dos parlamentares no Congresso Nacional eram oposição ao governo de Goulart (CARVALHO, 2021).

Além disso, o medo do comunismo aumentava cada vez mais por causa das ações de Goulart (como as reformas de base) o que crescia a pressão externa. Essa pressão se manifestava de diferentes formas, como a interferência do governo norte-americano. Muitas empresas agiam de forma a desestabilizar a economia brasileira, principalmente suspendendo a ajuda para o balanço de pagamentos do Brasil, além disso, foi comprovado que o embaixador norte-americano Lincoln Gordon vinha mantendo contato com empresários que conspiravam pela queda do governo de Goulart (CERVO; BUENO, 2002). Ainda nesse contexto acontecia uma movimentação e polarização cada vez maior por parte da população, e assim começou a aparecer cada vez mais apoiadores da derrubada do governo de Goulart, com uma grande parcela de conservadores e de pessoas de classe média (CARVALHO, 2021).

Com o acontecimento do golpe em 1964 muitas mudanças aconteceram, a principal foi o fim da democracia, mas houve também outras mudanças que precisam ser explicadas, como a criação dos Atos Institucionais (AI). Antes de aprofundar no tema das empresas é importante entender como funcionava o sistema ditatorial e como ele afetava a vida das pessoas. O objetivo do primeiro capítulo é mostrar como aconteceram as mudanças após a saída de João Goulart, apresentando os presidentes e a importância deles para a continuidade do regime para que logo depois seja mais entendível como o governo e as empresas interagem.

1.1 O GOLPE DE 1964: UM ATAQUE À DEMOCRACIA E AOS DIREITOS DOS TRABALHADORES

João Goulart (1961-1964) foi o último presidente do Brasil antes do golpe militar. Foi também durante seu governo que aconteceram algumas mudanças significativas no cenário político-social brasileiro, como uma intensa crise econômico-financeira; constantes crises político-institucionais; crise do sistema partidário; ampla mobilização política das classes populares paralelamente a uma organização e ofensiva política dos setores militares e empresariais, ampliação do movimento sindical operário e dos trabalhadores do campo e um inédito acirramento da luta ideológica de classes (TOLEDO, 2004).

Goulart chegou ao poder em um momento em que as chances de sobrevivência na América Latina amparadas pela esquerda radical eram mínimas. Todos os intentos do mesmo modelo sucumbiram por idênticas correlações de forças. No período da Guerra Fria aconteceu um crescimento da aproximação entre os setores conservadores, tradicionais e religiosos, junto a grande sustentação por parte das Forças Armadas, que também contava com o apoio e o encorajamento externo vindo do governo norte-americano, conseguindo assim, fechar à esquerda o acesso ao poder através das eleições democráticas. Neste cenário a independência política externa atuava como agravante adicional, tanto interna quanto externamente (RICUPERO, 2017).

Até os dias atuais o governo dele ainda é pauta para debates, tanto os liberais quando os conservadores relatam o governo de forma negativa, inclusive com alegações sobre inflação descontrolada, quebra de hierarquia e indisciplina nas forças armadas, por exemplo (TOLEDO, 2004).

O golpe militar brasileiro aconteceu entre o dia 31 de março e 01 de abril de 1964 com a destituição do então presidente João Goulart (1961-1964). Os defensores e apoiadores do governo não tiveram reação, sendo importante lembrar também que havia uma greve geral proposta pelo Comando Geral dos Trabalhadores (CGT) em apoio ao governo que não aconteceu. No dia 02 de abril de 1964 o autodenominado “Comando Supremo da Revolução”, um trio formado por Francisco de Assis Correia de Melo, brigadeiro da aeronáutica; Augusto Rademaker, vice-almirante da marinha e Artur da Costa e Silva, general do exército (CASTRO, 2020).

Todavia, o historiador Carlos Fico (2004) questiona a visão sobre as reações ao golpe de 1964. Ele afirma que muitos mitos e estereótipos sobre a época estão sendo superados atualmente devido às pesquisas históricas, fato que Fico caracteriza como um “desprendimento político”. Devido ao distanciamento de tempo desde os acontecimentos, os pontos de vista estão mais realistas e não ligados a opiniões pessoais.

Por isso um grande interesse pelos atores históricos do período do golpe de 1964 e pela democracia. Nesse sentido Carlos Fico (2004) explica que aconteceu a Campanha da Anistia, quando as pessoas foram para a luta armada, representando a luta pela democracia. O historiador também explica que o mito sobre João Goulart ser o presidente reformista vitimado por reacionários. O primeiro conjunto de versões sobre a ditadura brasileira, que continham muitos desses mitos e estereótipos, como o de que apoiadores do governo não tiveram reação durante o golpe é embasada em livros como os de Luís Viana Filho, chefe da Casa Civil no governo de Castelo Branco, e de Daniel Krieger, líder do governo no Senado, que abordavam o regime do ponto de vista (FICO, 2004).

Tempos depois foram lançados os livros de Jayme Portella de Mello, militar brasileiro, e Hugo Abreu, general de divisão do Exército brasileiro, que destacavam diferenças que desmentiam o que era dito pela junta militar. Do ponto de vista das pessoas de esquerda, depoimentos como os de Fernando Gabeira e Alfredo Sirkis contribuíram para mostrar a realidade no contexto do golpe, desmontando a imagem romântica de Castelo Branco, diminuindo o contexto cultural de rebeldia retratado quando se fala dos anos 1960 e usado para explicar os motivos que levaram a chamada “luta armada” (FICO, 2004).

O golpe de 1964 foi uma tentativa capitalista de controlar possíveis reformas e avanços sociais (PETRAS, 1999 apud LARA; SILVA, 2015), sendo apoiado pelos valores hegemônicos norte-americanos, pela alta hierarquia da Igreja Católica e pela burguesia (internacional e nacional), acarretando então muitos retrocessos nos direitos sociais e trabalhistas, e controlando/vigiando as mobilizações e organizações das forças populares que lutavam pelas reformas de base (LARA; SILVA, 2015).

Segundo Rubens Ricupero (2017), a Política Externa Independente dos governos de Jânio Quadros e João Goulart indiscutivelmente concorreu para a deterioração da relação entre Brasil e Estados Unidos, mesmo a consequência não

sendo a desejada. Não convém, porém, exagerar no papel da diplomacia em um processo inevitável em tempos de exacerbação ideológica pela orientação de esquerda, a base de sustentação do governo Goulart.

Com relação aos direitos trabalhistas, Claudiane Torres da Silva (2011) explica que muitas mudanças aconteceram como o impacto nas organizações sindicais decorrente das prisões, progressivas cassações e execuções de lideranças sindicalistas juntamente ao fechamento de sindicatos como a Justiça do Trabalho. Outra forma de repreensão da ditadura foi, na tentativa de controlar a inflação, criar um “arrocho salarial”, ou seja, negociações não eram mais feitas entre trabalhadores e patrões, e passaram a seguir decretos do governo que fixava índices de aumentos salariais. Além disso, por mais que greves fossem permitidas, greves políticas e de solidariedade como as que cobravam o pagamento salarial não eram permitidas (VILELA, 2012). Esses aspectos serão explorados nos itens seguintes.

1.2 A INSTITUCIONALIZAÇÃO DO REGIME CIVIL-MILITAR: CASTELO BRANCO (1964-1967) E COSTA E SILVA (1967-1969)

Uma das características do regime militar brasileiro é o modelo político autoritário somado a um projeto social conservador, que ceifou o direito da população de participar de processos decisórios ligado à política. É correto afirmar que o período trouxe um grande crescimento econômico ao país, porém também trouxe um aumento da desigualdade social (SOUZA, 2013).

Com o início do regime militar o processo de desenvolvimento dos movimentos sindicais foi interrompido, já que durante o governo de Castelo Branco (1964-1967) interferia e atacava os sindicatos em curto e longo prazo a legislação sindical. O governo controlava o movimento já existente na Consolidação da Legislação Trabalhista (CLT) criando regras restritas para permitir a ocupação do espaço sindical, e sempre com candidatos sujeitos a avaliação feita pelo Ministério do Trabalho e pela polícia política (VILELA, 2012).

1.2.1 Castelo Branco

Assumindo o poder com um contexto de forte aceleração inflacionária, somado a um desequilíbrio do balanço de pagamentos, Castello Branco foi o

primeiro presidente do período ficando no poder entre 1964 e 1967. Esse governo possuía uma equipe econômica formada por: Octavio Gouvêa de Bulhões (Ministério da Fazenda), Roberto Campos (Ministério do Planejamento) e Dênio Nogueira (Superintendência da Moeda e do Crédito). Durante o governo nasceu o Plano de Ação Econômica do Governo (PAEG) criado pela equipe econômica (ARAUJO, 2017).

O regime governaria por meio da criação de Atos Institucionais (AI), que seriam decretos usados durante o período da ditadura militar brasileira, esses atos davam poderes aos militares e ajudavam a preservar a presença deles no poder. Castelo Branco decretou, em 09 de abril de 1964, o primeiro ato institucional da ditadura (AI-1) (CARVALHO, 2021).

O AI-2 foi adotado em 27 de outubro de 1965, fechando todos os partidos políticos, adotando o bipartidarismo, sendo assim a partir deste momento os únicos partidos existentes eram a Aliança Renovadora Nacional (ARENA) e o Movimento Democrático Brasileiro (MDB). A ARENA era o partido do governo enquanto o MDB fazia o papel de oposição, porém sempre com restrições de atuação. Sobre isso, Talita de Carvalho (2021) explica que a existência dessa suposta oposição fortalecia o Poder Executivo e trazia uma imagem de legalidade para a ditadura, já que o Congresso Nacional continuava funcionando.

O AI-1 suspendeu as eleições estaduais, que aconteceram por eleições diretas em 11 estados. Nesta época as pessoas já acreditavam mais nas propagandas sobre o fim da corrupção. Candidatos de oposição a ditadura ganharam em estados importantes, como Santa Catarina e Mato Grosso, o que alarmou os militares. Sob pressão Castelo Branco decretou o AI-2 em 1965, somente 24 dias após as eleições estaduais. O AI-2 teve como medida mais importante a extinção dos partidos políticos existentes, porque os militares consideravam que o sistema multipartidário era um dos fatores responsáveis pela crise na política (FAUSTO, 2006).

Existia um significativo grupo de pessoas que formavam a resistência ao regime, dentre eles os agrupamentos estudantis, mesmo que a União Nacional dos Estudantes (UNE) tivesse sido considerada ilegal desde abril de 1964. Criada em novembro de 1964, pelo ministro da Educação, Flávio Suplicy de Lacerda, a lei conhecida como lei Suplicy, possibilitou a criação do Diretório Nacional dos Estudantes (DNE) e dos Diretórios Estaduais dos Estudantes (DEEs). Além disso, a

lei Suplicy proibiu os universitários de fazer greves e de desenvolver atividades políticas (LAMARÃO, 2009).

O Movimento contra a Ditadura (MCD) apareceu no congresso da UNE apoiado pela Ação Popular (AP), uma organização de esquerda com matriz católica e que na época era amplamente dominante no movimento estudantil. O que possibilitou que a proposta do MCD fosse aprovada na reunião, mesmo sofrendo oposição por parte de outras tendências (LAMARÃO, 2009).

Houve muitas críticas feitas pela Política Operária (Polop) e por várias cisões ocorridas nas seções estudantis do Partido Comunista Brasileiro (PCB) ao longo do ano de 1966 foram chamadas como “dissidências”, e vincularam-se basicamente à falta de representação do movimento operário dentro do MCD. Ao mesmo tempo o PCB considerava o MCD uma iniciativa radical, já que acreditavam que a lei Suplicy poderia ser usada pelas “forças democráticas” (LAMARÃO, 2009).

O MCD não conseguiu se concretizar, devido não só à oposição que podia ser encontrada no interior do movimento, mas também pelas condições políticas existentes no país, já que trabalhadores, rurais e urbanos, estavam em um franco processo de desmobilização e suas entidades de classe se encontravam sob investigações governamentais. O ponto alto do MCD aconteceu durante as eleições legislativas de novembro de 1966, quando a UNE propôs o voto nulo e a colocação da sigla do movimento nas cédulas eleitorais. Porém a orientação foi seguida apenas pelos elementos ligados a AP, além disso, a baixa receptividade alcançada pelas ideias do MCD fez com que o movimento fosse abandonado em meados de 1967 (LAMARÃO, 2009).

A partir de 1965, com o enfraquecimento dos movimentos sindicalistas o Estado se tornou responsável pela legislação trabalhista, realizando muitas mudanças para conseguir dar conta da política financeira do regime. É importante lembrar que a Justiça do Trabalho ainda existia durante esse período, como uma estratégia de garantir alguns direitos, recebendo um aumento significativo no número de processos (SILVA, 2011).

Durante seu governo foi criada também a Constituição de 1967. É importante lembrar que o Congresso Nacional havia sido fechado durante um mês, em outubro de 1966, após a criação do AI-4. A Constituição que foi aprovada em 1967, após o AI-4 (que possibilitou a criação de um novo texto institucional, a Constituição de 1967, incorporou a legislação que dava mais poder ao Executivo, principalmente em

matéria de segurança nacional, porém não manteve os dispositivos excepcionais que permitiram novas cassações de mandatos e perda de direitos políticos), ampliou os poderes conferidos ao Executivo, com destaque para a matéria de segurança nacional (FAUSTO, 2006).

Quando assumiu a presidência Castelo Branco, junto ao ministro das Relações Exteriores, Vasco Leitão da Cunha, propuseram-se a desmanchar os princípios pelos quais eram regidos a Política Externa Independente, como o nacionalismo, a base da industrialização brasileira, e ideário da Operação Pan-Americana e a autonomia do Brasil perante a divisão bipolar do mundo, junto a hegemonia norte-americana sobre a América Latina (CERVO; BUENO, 2002).

O presidente substituiu o embaixador brasileiro em Washington, buscando colocar no cargo alguém que segundo ele representava o Brasil e entendia a posição da atual política brasileira. A “correção de rumo” do regime julgou necessário ratificar o “curso sinuoso” que havia feito a política externa nacional se desviar de suas origens, a Chancelaria e a presidência teriam então “aberto fogo” em tópicos como contra a Política Externa Independente, e contra a política neutralista, não servia para a um país extremamente ativo, como é o caso do Brasil (CERVO; BUENO, 2002).

Entretanto o projeto feito por Castelo Branco não durou muito, porque não apresentou resultados efêmeros em escala aceitável as necessidades, interesses e aspirações nacionais. Era ineficaz para um país de limitado poder, como o Brasil, contextualizar sua política externa com foco em um confronto bipolar, quando o sistema internacional presenciava sua erosão (CERVO; BUENO, 2002).

Foi criada ainda nesse governo uma regra sobre os reajustes salariais dos servidores públicos. Essa regra consistia em reajustar os vencimentos de acordos com os ganhos de produtividade junto à inflação esperada, calculando a partir do salário real médio dos dois últimos anos (BRASIL, 19--? apud ARAUJO, 2017).

Em junho de 1964 foi aprovada pelo Congresso a lei de greve, que exigia critérios burocráticos que tornavam quase impossível que acontecessem paralisações legalizadas. Além disso, o governo liquidou direitos importantes para os trabalhadores, como a estabilidade no emprego após dez anos de serviço, que era garantido pela CLT. Já em 1966 foi criado o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) que seria uma substituição para a estabilidade (FAUSTO, 2006).

Quando se fala sobre a política externa, o governo Castelo Branco é considerado uma erosão no projeto nacional desenvolvimentista (CERVO, 2010 apud SOUZA, 2013). Ismara Izepe de Souza (2013) lembra que entre 1964 e 1967 houve um arrasamento dos princípios políticos e ideológicos que eram sustentados pela Política Externa Independente (PEI), dos governos imediatamente anteriores ao golpe de 1964.

Entre os princípios políticos e ideológicos, que eram sustentados pela PEI, pode-se citar a formulação dos projetos de desenvolvimento e a ampliação do mercado para produtos brasileiros, de forma isenta de compromissos ideológicos. Essa mudança foi denominada como “diplomacia da interdependência”, porque estava de acordo com a hegemonia norte-americana sobre a América Latina (SOUZA, 2013).

A ditadura começou com a justificativa de combate ao comunismo, nesse caso o perigo comunista estava sempre ali, por isso a ideia de que as fronteiras ideológicas deveriam ser preservadas da supremacia norte-americana que ganhava cada vez mais força. O discurso apresentado era de que a necessidade de reconhecimento de que o Brasil deveria aceitar certo grau de interdependência, estando junto aos Estados Unidos. A ideia por trás desse discurso não durou muito tempo porque não tiveram resultados concretos. Neste contexto a elite brasileira percebeu que manter esse pensamento de apoio norte-americano na verdade era um pensamento ingênuo (SOUZA, 2013). Todavia, isso não significou o retorno à democracia. O regime civil-militar se estenderia ainda por muito tempo.

1.2.2 Costa e Silva

O General Artur da Costa e Silva era o ministro da guerra durante o governo de Castelo Branco, mas lançou sua candidatura a presidente em dezembro de 1965, tendo ganhado a eleição em 1966. Costa e Silva é um dos militares que pertenceram ao grupo chamado de “linha-dura” das forças armadas (BRASIL, 1967 apud ARAUJO, 2017). Sua montagem de equipe econômica substituiu todos os ministros do governo anterior, onde contou com Antônio Delfim Netto para o Ministério da Fazenda e Hélio Beltrão para o Ministério do Planejamento (SKIDMORE, 1988 apud ARAUJO, 2017).

Enquanto Castelo Branco partiu em guerra contra os princípios da Política Externa Independente e do nacionalismo, o governo de Costa e Silva começou a demolição dos conceitos implantados por seu antecessor. A nova doutrina criada pelo governo foi rotulada de “Diplomacia da Prosperidade”, sendo exposta por José de Magalhães Pinto, ministra das Relações Exteriores (CERVO; BUENO, 2002).

A partir de um diagnóstico do sistema internacional, foram eliminados conceitos inadequados para orientar a política externa, como a bipolaridade, a segurança coletiva, a interdependência militar, política e econômica, e o ocidentalismo. Com isso, o governo Costa e Silva determinou uma nova política externa, atenta ao exclusivo interesse nacional de conteúdo econômico, com a finalidade de colocar em ação diplomática a serviço do desenvolvimento, de quem dependia não só a segurança nacional como também a paz mundial. (CERVO; BUENO, 2002).

Um ponto importante de seu governo é a tentativa de Carlos Lacerda, João Goulart e Juscelino Kubitschek em criar uma oposição, a Frente Ampla. Essa criação aconteceu em decorrência das tensões sociais que aconteciam nos movimentos estudantis, sindicais e nas chamadas guerrilhas que eram forças da oposição armada (ARAUJO, 2017).

Apesar de ser um militar da chamada “linha-dura”, seu governo sofreu pressões da sociedade o que o levou a estabelecer pontes com a oposição moderada e dando espaço para ouvir os discordantes. Além disso, iniciou uma ofensiva na área trabalhista, incentivando a organização de sindicatos e a formação de lideranças sindicais confiáveis (FAUSTO, 2006).

No dia 02 de setembro de 1968, o deputado Márcio Moreira Alves incitou, em discurso no Congresso, que a população nacional boicotasse os desfiles de comemoração ao 07 de setembro daquele ano. Além disso, no mesmo discurso e de forma inusitada, ele pediu às moças que se recusassem a sair ou receber visitas dos oficiais ou integrantes das forças armadas, como uma forma ampla de boicote ao militarismo das Forças Armadas. Esse discurso serviu como a gota d’água que faltava para o decreto do AI-5 acontecer. (FRANKLIN, 2020). Os militares também usaram como justificativa para o ato a necessidade de poderes extraordinários para conseguir reprimir organizações de esquerda armada. (MOTTA, 2018). No dia 13 de dezembro de 1968, o presidente Costa e Silva fechou o Congresso decorrente do novo ato institucional, o AI-5. Ao contrário dos anteriores, o AI-5 não tinha um prazo

de vigência e não era uma medida excepcional transitória, além disso, o presidente voltou a ter poderes para fechar, provisoriamente, o Congresso, intervir nos Estados e municípios, nomeando interventores (FAUSTO, 2006).

O movimento estudantil esteve muito presente em forma de protestos dos jovens contra a política tradicional e como demanda por novas liberdades, inclusive com a criação do lema “é proibido proibir”. O movimento estudantil, no Brasil, se associou a um combate mais organizado contra o regime, com protestos mais radicais, principalmente os universitários contra a ditadura. Em contrapartida, a “linha dura” encontrava instrumentos mais sofisticados e planejava ações que fossem mais rigorosas contra essa oposição (D’ARAUJO, 2020).

Ainda em 1968 a Igreja começava a se envolver mais com questões de defesa dos direitos humanos e lideranças políticas cassadas continuavam a se associar, visando um retorno à política nacional e o combate à ditadura. A situação de marginalização política que o golpe incutira a antigos rivais (Carlos Lacerda, Juscelino Kubitschek, João Goulart) teve a consequência de fazê-los se associar, em 1967, a Frente Ampla, que teve suas atividades suspensas pelo ministro da Justiça, Luís Antônio da Gama e Silva, em abril de 1968 (D’ARAUJO, 2020).

Em meados de 1968 operários metalúrgicos realizaram uma greve em Osasco, a primeira greve desde o início do regime e serviu para sinalizar aos “linha-dura” que medidas mais energéticas deveriam ser tomadas para controlar a quantidade cada vez maior de manifestações de descontentamento de qualquer ordem. O discurso do deputado Márcio Moreira Alves (MDB) foi a gota d’água para que a promulgação do AI-5 acontecesse. Nessa mesma ocasião outro deputado do mesmo partido, Hermano Alves, escreveu uma série de artigos no Correio da Manhã que foram considerados como provocação. Depois de pedidos por parte dos militares e do Conselho de Segurança Nacional, o governo declarou os pronunciamentos como ofensas, solicitando então ao Congresso a cassação dos dois deputados. No dia 12 de dezembro a Câmara recusou, com uma diferença de 75 votos e com colaboração da Arena, o pedido de licença para que Márcio Moreira Alves pudesse ser processado, no dia seguinte foi decretado o AI-5, conforme já indicado acima (D’ARAUJO, 2020).

O ato autorizava o presidente em caráter excepcional, sem apreciação judicial, a decretar o recesso do Congresso Nacional; intervir nos estados e municípios; cassar mandatos parlamentares; suspender, por dez anos, os direitos

políticos de qualquer cidadão; decretar o confisco de bens considerados ilícitos; e suspender a garantia do *habeas corpus*. Ao fim do mês de dezembro de 1968, 11 deputados federais, entre eles Márcio Moreira Alves e Hermano Alves, foram cassados. A lista de mandatos cassados aumentou muito no mês de janeiro de 1969, atingindo também ministros do Supremo Tribunal Federal (D'ARAUJO, 2020).

Entretanto, os motivos que provocaram o decreto do AI-5 ainda causam dúvidas, o que gera questionamentos sobre o real motivo inclusive entre as classes mais altas da sociedade, que apoiaram o golpe (MOTTA, 2018). Acredita-se que na verdade se tratou de uma farsa, um exemplo que sustenta essa teoria é o fato de que ministro Delfim Netto, que estava presente na reunião que decretou o AI-5, teria afirmado que o discurso dado por Moreira Alves foi apenas uma desculpa (GASPARI, 2002 apud MOTTA, 2018).

O AI-5 ficou em vigor até dezembro de 1978 e deixou efeitos duradouros na história nacional, sendo considerado o momento mais duro do regime, dando poder aos governantes para que punissem qualquer inimigo do regime ou que apenas fosse considerado como tal. 1968 ficou conhecido no Brasil e no mundo como "o ano que não acabou" ficou marcado como um momento de grande contestação da política e dos costumes (D'ARAUJO, 2020).

O governo Costa e Silva apresentava uma política externa mais próxima com a PEI, defendendo a autonomia do Brasil e o fim do alinhamento com os Estados Unidos. É bom lembrar, porém que essas mudanças de pensamento não aconteceram de forma doméstica como a necessidade de reforma social, tópico importante para a PEI (SOUZA, 2013).

No final da década de 1960, a economia nacional começou a melhorar com a volta do crescimento do PIB. Neste mesmo período o desenvolvimento industrial se tornou prioridade para o governo, ignorando os problemas acarretados pela desigualdade social. A mudança na relação com os Estados Unidos não impediu que fosse estabelecida uma relação entre o Brasil e o Fundo Monetário Internacional (VIZENTINI, 1998 apud SOUZA, 2013).

A política externa desse governo, chamada de "Diplomacia da Prosperidade" acreditava em pautas multilaterais. Houve a volta do discurso dos países de terceiro mundo, com o Brasil em posição de destaque tanto na formação quanto na atuação

do Grupo dos 77¹. Azeredo da Silveira (1917-1990), conhecido por ser Ministro das Relações Exteriores no governo Geisel, chegou a chefiar o Grupo dos 77 e defendia reformas nas regras internacionais. Deve-se destacar o abandono do discurso de interdependência e o crescimento das relações com a Alemanha Ocidental, principalmente nas áreas ligadas à ciência e à tecnologia (SOUZA, 2013).

1.3 MÉDICI NA PRESIDÊNCIA DO BRASIL

Com o adoecimento e conseqüentemente morte de Artur da Costa e Silva e o impedimento de Pedro Aleixo (um civil) de assumir a presidência, o país passou a ser governado por uma junta militar. O nome levantado para assumir o cargo foi o do general Albuquerque Lima, um nacionalista que defendia um endurecimento do regime, entretanto não demonstrava estar preocupado em dar continuidade nos planos de revolução começados pelos governos anteriores. O general foi desqualificado para a presidência, sendo assim o escolhido para ocupar o cargo foi Emilio Garrastazu Médici, mesmo que não tenha sido um processo consensual nas forças armadas (ARAUJO, 2018).

O governo Médici foi marcado politicamente pela forte repressão à luta armada contra a ditadura. No âmbito econômico, o ministro Delfim Netto foi mantido no Ministério da Fazenda e João Paulo dos Reis Velloso assumiu o Ministério do Planejamento. No começo houve a continuidade com as diretrizes do PED, que ainda estava em vigor, entretanto com o anúncio em setembro de 1971 do I Plano Nacional de Desenvolvimento (ARAUJO, 2018).

Durante seu governo aconteceu o período chamado de “milagre econômico” esse período ficou conhecido assim devido à combinação do crescimento econômico extraordinário junto com taxas relativamente baixas de inflação (FAUSTO, 2006). Entre 1969 e 1973, o Produto Interno Bruto (PIB) cresceu em 11,2%, chegando a 13% no ano de 1973. Na mesma época a taxa média de inflação não passou dos 18% (FAUSTO, 2006).

¹Grupo dos 77 nas Nações Unidas é uma aliança fundada em 1964, feita pelos países em desenvolvimento que busca promover os interesses econômicos coletivos de seus países membros além de criar uma capacidade maior de negociação conjunta na Organização das Nações Unidas. O nome do grupo foi escolhido por possuir 77 Estados membros fundadores, entretanto o bloco vem crescendo mais a cada ano (Nações Unidas, 2019).

A explicação para esse “milagre” é, segundo Boris Fausto (2006), em benefício de uma situação presente na economia mundial, devido à disponibilidade de recursos. Todavia, países que não produziam petróleo e que pegaram empréstimos durante este período favorável para a economia mundial acabaram aumentando significativamente suas dívidas. Junto a isso aconteceu um crescimento no número de investimentos estrangeiro no Brasil. O capital investido em 1973 foi três vezes maior do que o investido em 1971, chegando a 4,3 bilhões de dólares. Grande parte deste investimento externo foi direcionada à indústria automobilística, área de maior crescimento industrial, chegando a 30%.

Aconteceu também uma expansão do comércio exterior, porque era necessário que houvesse uma importação grande de determinados bens para sustentar o crescimento econômico. As exportações se diversificaram no mesmo período, tendo recebido ajuda do governo para que acontecesse essa diversificação em produtos industriais, com créditos em condições favoráveis, redução ou isenção de tributos, por exemplo. Além disso, o governo aumentou a capacidade de arrecadação de tributos, o que contribuiu para a redução do déficit público e da inflação (FAUSTO, 2006).

Neste período a indústria automobilística (no ABC paulista) foi a que mais se beneficiou com o milagre, já que a produção de automóveis também, conseqüentemente, favorecia a indústria de autopeças e a produção siderúrgica. A produção de automóveis triplicou e o país exportou mais de 100 mil veículos. Os investimentos no mercado financeiro brasileiro cresceram significativamente, devido à alta margem de lucros oferecidos no Brasil somado à segurança econômica e política garantida pelo governo (TARMARIM, 2022).

O governo era extremamente repressivo, com o AI-5 em vigor, ou seja, qualquer movimentação trabalhista ou contestação governamental era repreendida de formas violentas pelo Estado. Junto disso existia a censura o que obrigava os meios de imprensa tivessem uma grande parte das publicações vetadas, principalmente se os textos fossem contrários ao governo ou ao regime, o que tornava praticamente impossível a conscientização da sociedade sobre temas relacionados à socioeconômica e a política (PAULINO, 2020).

Em 1973, aconteceu a primeira crise mundial do petróleo (TARMARIM, 2022). A economia brasileira era muito dependente do empréstimo estrangeiro, e começava

a enfrentar certa dificuldade quando uma forte crise econômica chega ao cenário internacional (MENDONÇA; SANZ, 2007).

O conflito entre os membros da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (Opep) acarretou na diminuição da oferta de petróleo entre 1973 e 1974 fazendo com que os preços quase quadruplicassem nesse período, o que afetou países compradores, inclusive o Brasil (MENDONÇA; SANZ, 2007). Assim a economia brasileira foi afetada, atingindo o sonho de tornar o Brasil um país de primeiro mundo (TARMARIM, 2022).

A pauta do petróleo era fundamental para o governo. A Petrobrás foi criada em 1954 e desde o início elaborava e divulgava informações financeiras e não financeiras, tanto obrigatórias quanto voluntárias. As divulgações voluntárias ocorriam por revistas, jornais, gibis, veiculação de áudio, boletins, entre outros. Durante a ditadura essas divulgações voluntárias foram acentuadas, o que chama a atenção, porque a abertura para diálogo e transparência de informações não eram características dos militares. Isso acontecia devido a determinados discursos contidos nos relatos corporativos da empresa que mimetizam o discurso do governo, ou seja, era uma forma de propaganda para o governo (PETROBRAS, 2013 apud ALMEIDA; OLIVEIRA; PEREIRA, 2017).

O governo Médici tinha como slogan de propagação do governo o lema “Ninguém Segura o Brasil” (FICO, 1997 apud ALMEIDA; OLIVEIRA; PEREIRA, 2017); a empresa de petróleo nacional criou então o slogan “Ninguém Segura a Petrobrás”, tentando passar a mensagem de que a Petrobrás e o Brasil fossem a mesma coisa (ALMEIDA; OLIVEIRA; PEREIRA, 2017).

Dentre os principais tópicos do regime era a estabilidade econômica. Nesse caso os economistas do governo não quiseram abrir mão desta meta, decidindo que o país deveria continuar a crescer a qualquer custo, mesmo que a dívida externa aumentasse. Nesse contexto surgiu o segundo Plano Nacional de Desenvolvimento (IIPND), incentivando investimento especialmente na criação e expansão de empresas estatais, então a Petrobrás ganhou subsidiárias e foi construída a usina hidrelétrica de Itaipu (MENDONÇA; SANZ, 2007).

Por fim, é importante retomar como entre o final dos anos 1960 e 1970 houve mudanças na política externa e na perspectiva de inserção internacional do país. Costa e Silva criou em seu governo condições necessárias para a combinação entre a política nacional e a política externa. O governo se preocupou com o projeto

desenvolvimentista, trazendo como tema da agenda da política externa os problemas do subdesenvolvimento e as formas de como superá-lo (CERVO; BUENO, 2002).

Ao trazer de volta a preocupação com o projeto de desenvolvimento nacional, priorizava robustecer a economia nacional, antes mesmo de se preocupar com questões como a desigualdade social. O resultado desse foco na economia foi o crescimento acelerado entre 1968 e 1973, criando assim a ideia do “Brasil Potência”, um dos grandes motes do governo de Médici. Em 1974, esse crescimento ainda acontecia, sendo somadas as bases relativamente autônomas ao capital estrangeiro, buscando avançar em setores que são estratégicos no campo da economia. Entretanto, essa postura no âmbito da economia política prejudicou a busca pela interdependência buscada pelos militares, porque associavam a segurança da economia nacional a condições materiais (CERVO; BUENO, 2002). A participação das empresas e grandes corporações se refletia também na instrumentalização repressiva do regime civil-militar, que será estudada com mais profundidade no próximo capítulo.

2 O APARATO REPRESSIVO E O PAPEL DO EMPRESARIADO NO FINANCIAMENTO DA MÁQUINA DITATORIAL

As multinacionais que vieram ao país proporcionaram para a população mais vagas de empregos, mas questões como os direitos desses trabalhadores não recebiam a atenção necessária. As multinacionais (assim como algumas empresas nacionais) na verdade além de apoiar a ditadura também financiavam economicamente os governos do regime (COSTA; SILVA, 2018).

Um grande marco da ditadura foi à repressão realizada pelo governo brasileiro, mas que também contou com apoio de agentes da sociedade civil. Como apontado pela Comissão Nacional da Verdade, houve uma grande participação, inclusive financeira, por parte dos grandes empresários da época, que ajudavam a financiar órgão de repressão como a Operação Bandeirantes. Apontando também os favorecimentos recebidos em troca do apoio a ditadura (LEVANTE, 2015).

A intenção deste capítulo é mostrar quais empresas atuavam juntamente com o governo e porque elas compactuavam com a ditadura, e quais as consequências dessa realidade para a vida dos trabalhadores. As empresas que aparecerão aqui são tanto nacionais, como o Grupo Globo e os Bancos Bradesco e Itaú, quanto internacionais, como as montadoras Fiat, General Motors e Volkswagen.

Além disso, será apresentado uma explicação sobre o que foi o “Milagre Econômico” e como ele foi positivo para a economia nacional, mas que existe também o lado negativo deste período, e apresentada a OBAN explicando o que foi, como foi criada, qual a funcionalidade e os apoiadores que ajudaram para que a criação pudesse acontecer. Por fim, no final do capítulo serão apresentadas as consequências para a vida dos trabalhadores.

2.1 O PAPEL DAS MULTINACIONAIS NO PROJETO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DO BRASIL

Uma multinacional é uma organização que funciona em dois ou mais países, tendo filiais em pelo menos dois desses países. No Brasil, as multinacionais trazem benefícios gerando desenvolvimento industrial, emprego e renda, porém grande parte do lucro é enviada para a sede da multinacional no exterior (CASA DA CONSULTORIA, 2022).

Durante o segundo governo Vargas (1951-1954), propôs-se avançar no desenvolvimento da infraestrutura para o desenvolvimento econômico, possibilitando a integração da indústria de bens de capital e de insumos, aplicando capitais públicos em empreendimentos estratégicos como petróleo, eletricidade e siderúrgica. A intenção de Vargas era promover uma integração vertical da industrialização, por isso buscou uma aliança com os Estados Unidos, por meio de empréstimos públicos (CAPUTO; MELO, 2009).

Essas empresas começaram a vir para o Brasil durante os anos dourados, entre 1956 e 1961, no governo de Juscelino Kubitschek (1956-1961), quando houve uma abertura da economia nacional para o capital estrangeiro, para que fossem possíveis novos investimentos no setor industrial (CASA DA CONSULTORIA, 2022). Durante a segunda metade dos anos 1950 ficou marcada pelo avanço do processo de industrialização brasileira, influenciado pelo investimento público por meio dos investimentos diretos do Estado ou de empresas estatais e em menor quantidade pelo capital internacional e privado nacional (LEOPOLDI, 1994; DRAIBE, 1985; SERRA, 1983; MARTINS, 1976apud CAPUTO; MELO, 2009). O investimento estrangeiro foi uma das formas de financiamento para o desenvolvimento. A entrada desse investimento no Brasil foi resultado da expansão mundial que acontecia nos Estados Unidos, Europa e Japão, junto a políticas internas de atração de capital (CAPUTO; MELO, 2009).

A partir de 1968, quando o AI-5 entrou em vigor, muitos empresários começaram a contribuir de forma direta com a repressão, muitos inclusive ajudando a financiar a chamada Oban (Operação Bandeirantes) e outros centros de repressão. Grandes empresas, presentes no Brasil na época, como a Ford, a *General Motors*, Volkswagen, Nestlé, Bradesco, entre outros, como aponta o relatório realizado pela “Comissão Nacional da Verdade”, também tiveram um papel no regime de repressão (BACOCINA, 2014).

Nesse período houve também um aumento da taxa de investimento público em relação ao PIB, passando de 15% em 1964 para 23,3% em 1975, o que influenciou na criação de mais vagas de emprego, principalmente na indústria, somado à queda da inflação de 92% em 1964 para 15,6% em 1973. Para que isso fosse possível o governo incentivava a entrada de capital estrangeiro, estimulava a exportação, implementava medidas para proteger o investimento financeiro, como a

correção monetária por exemplo, além de realizar reformas fiscais, tributárias e financeiras (BARRUCHO, 2018).

Os governos militares investiam em programas de desenvolvimento do parque industrial, como a Zona Franca de Manaus que foi formada neste período com a isenção de impostos que se estabelecessem lá. O plano dos militares era substituir a importação incentivando a produção nacional de todos os bens que eram comprados de fora do Brasil (BARRUCHO, 2018). Ou seja, como se percebe, nessas primeiras décadas da Guerra Fria a industrialização brasileira acabou ditando o próprio modelo de inserção internacional do país, privilegiando-se muitas vezes a atuação de multinacionais, especialmente europeias e estadunidenses.

2.1.1 O Milagre Econômico – para quem?

Heloísa Mendonça e Beatriz Sanz (2017) explicam que o “milagre econômico” foi um acontecimento positivo para empresários, mas não é possível dizer a mesma coisa quando se fala dos trabalhadores. Isso porque para que o “milagre” funcionasse os militares decidiram conter os salários, mudando a fórmula que previa o reajuste da remuneração pela inflação o que causou perdas aos trabalhadores.

É necessário lembrar que apesar desse crescimento, a concentração de renda no país também cresceu e o desenvolvimento somado à repressão política causou ainda mais exclusão social. Um grupo pequeno da população que fazia parte dos dez por cento mais ricos cresceu, mas o número de pessoas que sobreviviam com menos de um salário-mínimo também cresceu (TARMARIM, 2022). Os economistas foram unânimes ao afirmar que o grupo mais beneficiado, empresários e classe média, foram à parte com maior grau de instrução da população brasileira (MENDONÇA; SANZ, 2007).

Os militares se planejavam pensando em longo prazo. A proposta da construção da hidrelétrica de Itaipu mostrou o quanto a geração de energia era um tópico importante naquele momento em que o país não tinha nenhuma matriz energética estabelecida e necessitava importar petróleo. Em teoria a ideia era tornar o Brasil independente da importação de energia e passasse a gerar renda com produção própria, para que essa renda fosse usada em seguida para quitar a dívida externa que se tornou ainda maior com o IIPND em prática. Os militares só não esperavam a retração das maiores economias que precisaram cobrar a fatura, assim

a crise econômica, que o Brasil entrou após a os investimentos estrangeiros, se prolongou mais do que era esperado pelo governo (MENDONÇA; SANZ, 2007).

Além disso, questões sociais internas também sofreram mudanças negativas nesse período. A educação, por exemplo, se tornou mais restrita e sofreu uma erosão de investimentos por parte do Estado. Já foi mostrado que o PIB nacional cresceu, mas em contrapartida toda a repressão promovida pelo governo limitou o poder de barganha dos sindicatos, junto a reajuste do salário dos trabalhadores sendo feitos sempre abaixo da inflação, diminuindo o poder de compra (BARRUCHO, 2018).

No período entre 1964 e 1985, o salário-mínimo caiu 50%, foram necessários 30 anos para recuperar o poder de compra dos mais pobres. Essa mudança no salário aconteceu em grande parte porque os militares interferiram nos sindicatos, causando uma diminuição do poder dos movimentos e de negociações dos operários (BARRUCHO, 2018).

Todas essas mudanças causaram a diminuição do custo da mão de obra. Na mesma época em que foi reduzida a alíquota máxima do Imposto de Renda, o que beneficiava os mais ricos, além da concessão de várias isenções fiscais para os empresários (BARRUCHO, 2018).

2.2 A ALIANÇA ENTRE O EMPRESARIADO E A MÁQUINA DE REPRESSÃO

Além do apoio financeiro por parte das empresas em favor da ditadura, a ajuda delas acontecia em forma de espionagem e delação de funcionários, com o objetivo de sufocar qualquer movimento sindicalista. Dentre essas empresas as que mais se destacaram entre as grandes montadoras foram Volkswagen, Chrysler, Ford, General Motors, Toyota, Scania, Rolls-Royce, Mercedes Benz e Brastemp, a estatal Telesp, a Kodak, a Caterpillar, a Johnson & Johnson, a Petrobras, a Embraer e a Monark (BORGES, 2014). Outra empresa importante de ser lembrada é a Odebrecht, que até o começo da década de 1960 atuava basicamente na Bahia, mas após o governo de Costa e Silva começou a dar grandes saltos, assumindo a frente de obras públicas, inclusive a construção do prédio-sede da Petrobrás (HORTA, 2016).

2.2.1 A Oban

De acordo com a Comissão Nacional da Verdade (2014b), após o episódio de deserção envolvendo o capitão Carlos Lamarca², em 24 de janeiro de 1969, os militares tiveram a ideia de organizar a atuação conjunta de todos os órgãos de segurança, tanto federais quanto estaduais, no combate aos opositores do regime. Nesse contexto, em 01 de julho de 1969 foi criada então em São Paulo a Operação Bandeirantes, ou OBAN como ficou conhecida, com o financiamento de multinacionais, como o Grupo Ultra, Ford e General Motors (BRASIL, 2014b).

A cerimônia realizada na criação da OBAN contou com a presença de autoridades políticas do estado de São Paulo, como Roberto Costa de Abreu Sodré (governador), Hely Lopes Meirelles (secretários de Segurança Pública), Paulo Salim Maluf (prefeito) e o general José Canavarro Pereira (comandante do II Exército). Juntamente a grandes figuras da elite econômica do estado, vindas do meio empresarial e financeiro, como Antônio Delfim Netto e Gastão Vidigal (BRASIL, 2014b).

A criação da OBAN é decorrente da Diretriz para a Política de Segurança Pública, onde os comandantes militares de cada área deveriam centralizar informações que possuíssem caráter subversivo em um órgão único que possuía um único comando (BRASIL, 2014b). A missão da OBAN era “identificar, localizar e capturar os elementos integrantes dos grupos subversivos que atuam na área do II Exército, particularmente em São Paulo, com a finalidade de destruir ou pelo menos neutralizar as organizações a que pertençam” (AMARAL,2014).

Dentre os nomes mais comentados entre as grandes empresas que financiaram a criação desse projeto são o Banco Mercantil de São Paulo, o banco

²Carlos Lamarca ficou conhecido na história como um dos principais opositores à ditadura civil militar. Ele atuou no Batalhão Suez, missão da ONU na região do Oriente Médio, e esteve em 1962 na Palestina. Essa experiência o marcou e o ajudou a desenvolver sensibilidade sobre as injustiças sociais (MEMORIAS DA DITADURA, 2015). Em 24 de janeiro de 1969, o capitão deixou o 4º Regimento de Infantaria de Quitaúna (Osasco-SP) em uma Kombi levando 63 fuzis FAL, 10 submetralhadoras INA e munição. Tudo roubado do Exército para ajudar na luta armada de oposição ao regime (FILHO, 2021). Depois disso Lamarca assumiu o grupo Vanguarda Popular Revolucionária (VPR) transformando-se no pior inimigo dos generais (FILHO, 2021). Em 1971 saiu do VPR e se juntou ao Movimento Revolucionário 8 de outubro (MR-8), no sertão da Bahia. Em 17 de setembro do mesmo ano foi fuzilado pelos militares pertencentes a Operação Pajussara (MEMORIAS DA DITADURA, 2015). A Operação Pajussara, de 1971 foi desenvolvida pelo IV Exército/ 6ª Região Militar, em Salvador (BA), sob o comando major Nilton de Albuquerque Cerqueira, com o objetivo de encontrar e matar Carlos Lamarca, considerado o inimigo número um da ditadura (BRASIL, 2014b).

Bradesco, o Grupo Ultra, a Ford, a General Motors, a Volkswagen, a Camargo Corrêa, o grupo Objetivo, a Folha de S.Paulo, a Nestlé, a General Electric, a Mercedes Benz, a Siemens e a Light (BACOCINA, 2014).

O dossiê feito pela Comissão sobre a OBAN mostra que ela submeteu 1.200 pessoas a interrogatórios especiais, com choques elétricos, espancamentos e afogamentos. Muitas das vítimas não resistiam aos interrogatórios e morriam. A Operação Bandeirantes também ficou conhecida pelo alto custo de suas ações, os militares deixavam carros do Exército circulando pela cidade durante dias seguidos com o objetivo de que eles se tornassem alvos dos militantes opositores, uma armadilha responsável pela prisão, e muitas vezes morte de opositores (BRASIL, 2014a).

A Comissão Nacional da Verdade mostrou também, que os empresários que resistissem ao golpe sofriam sanções do governo. Como exemplo disso é possível citar os casos de Mario Wallace Simonsen e Celso da Rocha Miranda, ambos donos da Panair do Brasil, uma companhia aérea brasileira que teve a licença de voo suspensa, o que os levou a falência (BACOCINA, 2014).

Antes disso, em fevereiro de 1969 aconteceu em Brasília o I Seminário de Segurança Interna, comandado por Luís Antônio da Gama e Silva, o então ministro da Justiça, e por Carlos de Meira Mattos, um general chefe da Inspetoria-Geral das Polícias Militares. O nome (Operação Bandeirantes) rememorava aos paulistas do século XVII, que percorriam o interior do Brasil para desbravar fronteiras e capturar índios, que depois eram vendidos como escravos, assim como a OBAN faziam muito uso da violência em suas ações (BRASIL, 2014b).

Para funcionar, a OBAN era operada a partir de um Centro de Coordenação composto por comandantes do II Exército, da Segunda Região Militar, da Segunda Divisão de Infantaria, do Sexto Distrito Naval, da Quarta Zona Aérea, pelo diretor do DOPS (Departamento de Ordem Política e Social), pelo secretário de Segurança Pública do estado de São Paulo, pelo superintendente de Polícia Federal de São Paulo e pelo chefe da agência São Paulo do SNI (Serviço Nacional de Informações). Sendo assim, o Centro de Coordenação era dividido em três áreas, sendo elas: a Central de Informações, a Central de Operações e a Central de Difusão, além disso, havia também uma Coordenação de Execução subordinada à Central de Informações. Eram as pessoas da Coordenação de Execução quem respondia, de acordo com determinação dos escalões superiores, por ações de prisões ilegais,

interrogatórios, torturas, execuções e desaparecimento forçado de opositores ao regime (BRASIL, 2014b).

2.2.2 Volkswagen

A Volkswagen é uma empresa alemã datada de 1930, a partir do Partido Nacional-Socialista Alemão, com a proposta de desenvolver um automóvel que fosse prático, econômico, popular e barato. A primeira filial da empresa fora do território alemão foi criada no Brasil em 1953, por ser considerado um mercado promissor dentro da América Latina. Aqui a marca instalou uma unidade que cuidava das importações de peças e da montagem de veículos como a Kombi e o Fusca (COSTA; CAMPOS; SILVA, 2022).

Para conseguir conquistar um espaço no mercado interno e se estabelecer, a Volkswagen se associou à família Monteiro Aranha, que possuía 20% dos capitais da empresa em território brasileiro. O governo de Juscelino Kubitschek concedeu incentivos para a permanência da empresa no país, como isenções fiscais, garantias cambiais e financiamentos facilitados com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE) (COSTA; CAMPOS; SILVA, 2022).

Desde sua chegada ao Brasil, a Volkswagen foi chefe no mercado, inclusive durante o período da ditadura (COSTA; CAMPOS; SILVA, 2022). A presença cada vez maior da Volkswagen em território nacional agradava ao governo militar, porque com a quantidade de automóveis cada vez maiores as rodovias eram mais necessárias, deixando de lado os ramais ferroviários, ou seja, acontecia um incentivo à construção de estradas e incentivava cada vez mais a industrialização automobilística dentro do Brasil. Graças a Volkswagen o governo viu um significativo crescimento nas atividades industriais no Brasil, com destaque para os produtos de bens duráveis, com ênfase nas fabricas automobilísticas (COSTA; CAMPOS; SILVA, 2022).

A Volkswagen seguiu todas as mudanças trabalhistas criadas pelos militares, como a proibição de greves e o fim da estabilidade do trabalhador. Os operários da Volkswagen tiveram reajustes salariais abaixo da inflação. Além disso, a empresa se aproveitou do momento para aplicar as facilidades dadas pelo governo para pagar de forma errônea as horas extras, aumentando a exploração da mão de obra

causando ganhos de produtividade da marca (SILVA, 2018 apud COSTA; CAMPOS; SILVA, 2022).

Os trabalhadores da empresa no Brasil eram mais novos do que os das fábricas alemãs, o que chamou a atenção de Hans Matthöfer (secretário parlamentar da Volkswagen), que esteve no país em 1973, conhecido pelo seu engajamento pela liberdade democrática e pelo direito dos empregados durante períodos ditatórios na Espanha e na América Latina. A rotatividade dentro da Volkswagen podia ser considerada baixa, se comparada com outras montadoras automobilísticas presentes no país na mesma época, que eram conhecidos por aumentar o número de demissões para diminuir o nível salarial. Ainda assim, demitir operários com menos de três anos de serviço era comum, para conseguir evitar que trabalhadores que não fossem qualificados ou treinados na empresa conseguissem acesso a faixas salariais mais altas (KOPPER, 2017).

Durante os anos 1960 e 1970 era obrigatório que os trabalhadores fizessem hora extra, quando contratados era perguntado se estariam dispostos a realizá-las; se a resposta fosse negativa a demissão acontecia ainda durante o período de experiência. Sendo assim, as jornadas eram longas e os operários precisavam trabalhar em altas velocidades de trabalho causando um grande cansaço, o que conseqüentemente acarretava em maior probabilidade de acidentes (KOPPER, 2017).

Foi apenas em 1980, depois de lutas trabalhistas que a empresa instituiu, com base nas leis alemãs, a eleição de uma representação por parte dos trabalhadores. Nessa época os sindicatos pressionaram a administração para investir nas instalações das fábricas, que só foram possíveis de acontecer em 1983 devido à falta de liquidez, mesmo que o valor a ser investido fosse considerado baixo (KOPPER, 2017). A marca também fornecia Fuscas para os militares, e havia as “gratificações” para as equipes dos porões do regime (CASADO, 2013).

Conforme apontou Bacoccina (2014), a Volkswagen era uma das empresas que financiava a OBAN, em conluio com outras empresas multinacionais e brasileiras: “As contribuições eram arrecadadas nas reuniões na sede da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp)”.

2.2.3 General Motors

A marca *General Motors* foi fundada em 1908 produzindo automóveis famosos como Cadillac da antiga marca Oldsmobile, que começou a ser produzido em 1897, além da compra da Chevrolet em 1918. A chegada ao Brasil aconteceu em 1925, começando as linhas de montagem em janeiro do mesmo ano em São Paulo (CHEVROLET WORLDWIDE, 2016).

Em 1966, a *General Motors* passou a aderir ao plano intensivo de exportação do governo brasileiro, com isso a marca passou a exportar para a África do Sul blocos de motores que eram fabricados na fábrica de São José dos Campos. Anos depois a GM passa a exportar também produtos como veículos montados, refrigeradores, fogões, máquinas de lavar e baterias, que eram produzidos no Brasil, para todo o mercado latino-americano (CHEVROLET WORLDWIDE, 2016).

É importante mencionar que vigia na África do Sul o regime de *apartheid*³. As relações das autoridades e empresariado brasileiros com o país já datavam de antes do regime civil-militar. Por exemplo, com a criação da *South African Airways* (SAA) em 1934 aconteceu a contratação do executivo Gilberto Freire junto a Standard Propaganda, uma empresa brasileira fundada por Cícero Leuenroth, em 1933, que possuía bons relacionamentos com altos executivos brasileiros e estrangeiros, para que atuassem juntos e fosse feita a promoção da SAA no Brasil (SILVA, 22.12.1972, p. 14; DURAND, 2008, p. 53 apud MONTEIRO, 2021). A inauguração da linha aérea que ligava o Rio de Janeiro a Johannesburgo aconteceu em um coquetel promovido pela Shell do Brasil reunindo grandes executivos da Shell, donos de companhias aéreas brasileiras e membros da elite brasileira. No primeiro voo de Johannesburgo para o Rio de Janeiro havia passageiros que devem ser citados, como os altos executivos de empresas como a Volkswagen e a General Motors (MONTEIRO, 2021).

³Durante os séculos XVII e XIX a África do Sul se tornou alvo de conflitos entre países que queriam o controle sobre os diamantes e o ouro da região. A Holanda ganhou esse domínio de início, mas em 1902 o perdeu para os britânicos. Nessa época foi criado o Apartheid, quando o primeiro-ministro da União da África do Sul, Louis Botha, adotou as primeiras leis de segregação racial, como o racismo, por exemplo. Em 1948 o Partido Nacional ganhou as eleições e assumiu o poder com a promessa de aprofundar a segregação, sendo assim, o Apartheid tomou proporções ainda maiores e passou a ser oficializado na África do Sul, com o intuito de colocar a frente dos poderes militar, econômico e político uma pequena parcela da elite branca e não deixando que a ascensão social das outras raças, consideradas por eles como inferiores, acontecesse (ÂNGELIS, 2019).

O *apartheid* também foi um tema que causou tensões entre as relações do Brasil com a África do Sul devido aos diferentes pontos de vista quanto às questões raciais. O fim da escravidão brasileira aconteceu em 1888, desde então o Brasil tenta evitar qualquer tipo de classificação racial, já na África do Sul acontecia uma grande segregação até 1990. Na realidade brasileira e de acordo com a ideologia predominante, a segregação racial era baixa, as fronteiras raciais eram imprecisas, as relações inter-raciais eram comuns. A realidade na África do Sul era diferente, onde a segregação racial era alta, havia rígidas fronteiras raciais e as relações inter-raciais eram raras (SILVA, 2006 apud FERRARO; GRECHI, 2014). O Brasil interpretava que o *apartheid* era uma questão de agenda doméstica sul-africana, e por isso não deveria se envolver (FILHO, 2008 apud FERRARO; GRECHI, 2014).

A cooperação da GM, assim como a da Volkswagen foi discreta, porém intensa. Donativos milionários empresariais eram entregues para custear a criação de um corpo de polícia política dentro do exército, chamada de Operação Bandeirantes (OBAN), em 1969. Como outra empresa a General Motors recrutava soldados das Forças Armadas e policiais, e mantiveram aparatos de espionagem dos empregados dentro das fábricas e dos sindicatos (CASADO, 2013).

A justificativa para essas ações da *General Motors* era o mesmo, a redução dos riscos de conflitos trabalhistas; assim a repressão se tornou uma variável política para arrocho salarial. Em contrapartida o regime fixava os reajustes anuais dos salários, proibia a contestação e os órgãos de segurança seguiam as reações do operariado a partir de relatórios feitos pelas indústrias (CASADO, 2013).

2.2.4 Fiat

O site “The Intercept Brasil” publicou uma reportagem em que acusa a montadora italiana Fiat de ter colaborado com a ditadura brasileira dentro de suas fabricas no território nacional. Segundo o site, a Fiat tinha um setor de inteligência e segurança comandado por um militar da reserva brasileiro. Esse setor tinha como tarefa evitar greves por parte dos trabalhadores da montadora (ESTADÃO, 2019).

Esse setor de inteligência permitia que a Fiat vigiasse os trabalhadores fora das fabricas, além da infiltração nas fábricas e em reuniões sindicais. Essas infiltrações eram feitas por agentes do Departamento de Ordem Política e Social

(DOPS), órgão do governo responsável pela repressão de delitos político social (CESAR; GROSSI; CERANTOLA; DEMORI, 2019).

O Intercept teve acesso a depoimentos de pessoas que eram ligadas à Fiat na época, que relataram a ajuda do governo de não haver problemas entre a montadora italiana e os sindicatos, porque grande maioria dos trabalhadores eram pessoas de baixa escolaridade e sem relações com sindicatos (ESTADÃO, 2019).

O Intercept conseguiu descobrir, por meio de documentos da época e conversa com ex-funcionários e sindicalistas, que a Fiat contribuía com o regime e em troca recebia informações sobre movimentos sindicalistas. Documentos mostraram que havia a estrutura interna de espionagem comandada pelo coronal da reserva brasileira. Com essas informações a montadora conseguia enfraquecer os movimentos sindicais e greves e assim manter as fábricas em funcionamento, e assegurar a posição de montadora mais bem-sucedida na América do Sul (CESAR; GROSSI; CERANTOLA; DEMORI, 2019).

Segundo arquivos oficiais da Fiat, a montadora via o governo militar brasileiro como uma garantia de estabilidade brasileira, tendo inclusive elogiado os generais comandantes do governo. Durante os anos 1970, a Fiat começou uma estratégia de expansão comercial, para isso a estratégia da Fiat era começar no Brasil uma nova base de produção para o mercado, em decorrência do grande crescimento em decorrência do Milagre Econômico (ESTADÃO, 2017).

Esses mesmos documentos também mostraram uma relação de cordialidade entre a empresa e os generais brasileiros. Em um discurso do presidente mundial da Fiat, Giovanni Agnelli, era possível notar essa cordialidade em diversos momentos, como quando afirma que ao analisar a situação brasileira, a conclusão chegada foi de que havia uma estabilidade política no país graças ao regime. Através desses documentos fica claro que a empresa defendia que essa estabilidade veio em consequência da repressão (ESTADÃO, 2017).

2.2.5 Grupo Globo

O Grupo Globo foi fundado por Irineu Marinho em 29 de julho de 1925 com o jornal “O Globo”. Marinho morreu em agosto do mesmo ano deixando o jornal na responsabilidade de seu filho Roberto Marinho. O jornal ficou bastante conhecido nos anos de 1930 e 1940 por ser anticomunismo, além de apoiar o presidente

Getúlio Vargas na revolução de 1930, e ter sido beneficiado pela ditadura do Estado Novo (1937-1945). O Grupo Globo fez um pedido em janeiro de 1951 para concessão de um canal de televisão ao presidente Eurico Gaspar Dutra, porém o pedido foi negado; entretanto, em 1957, no governo de Juscelino Kubitschek, a concessão foi aprovada, sendo então criada a TV Globo, no canal 4 do Rio de Janeiro (VASCONCELOS, 2019).

No ano de 1964 o Grupo Globo firmou um acordo com o grupo norte-americano *Time Life*, a partir do qual Roberto Marinho conseguiu o benefício de 6 bilhões de dólares (o maior capital financeiro da TV na época). Com esse capital a Globo conseguiu construir a maior estrutura da América Latina, e em 26 de abril de 1965 é oficialmente fundada a TV Globo. A Globo conseguiu se firmar devido a três fatores, sendo eles: o acordo com o Grupo *Time Life*, o declínio tanto da TV Tupi quanto da TV Excelsior e a colaboração com o regime militar (VASCONCELOS, 2019).

A questão é que a constituição vigente (de 1946) proibia a participação de empresas de comunicação estrangeiras no Brasil, ou seja, através de Roberto Marinho, o Grupo Globo violou a constituição brasileira (VASCONCELOS, 2019). O acordo entre o Grupo Globo e o Grupo *Time Life* foi investigado por uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI), depois de uma denúncia de Carlos Lacerda e Assis Chateaubriand, que eram rivais dos Marinho. Nessa CPI a Globo foi considerada culpada por ferir o artigo 160 da Constituição Brasileira (que proibia a participação das empresas de comunicação estrangeiras). O processo de legalização da TV Globo só finalizou em 1968, depois que o presidente Costa e Silva resolveu a questão com uma canetada (FREIRE, 2016).

A família Marinho apoiou o regime militar desde o começo, tendo colaborado com ele por 21 anos, o Grupo Globo colocou à disposição todos os seus veículos de comunicação, jornais, revistas, rádios, emissoras de TV, entre outros (VASCONCELOS, 2019). Em 1972, Emílio Garrastazu Médici disse: “Sinto-me feliz todas as noites quando assisto ao noticiário. Porque, no noticiário da TV Globo, o mundo está um caos, mas o Brasil está em paz”. Alguns casos ficaram famosos na história do Grupo, como as coberturas parciais e enviesadas das greves dos metalúrgicos do ABC em 1979, a cobertura das eleições para o Governo do estado do Rio de Janeiro em 1982, a aversão em cobrir a campanha das Diretas Já! em 1983 e 1984, por exemplo (FREIRE, 2016).

2.2.6 Bancos

No começo da década de sessenta acontecia no Brasil uma crescente demanda nacionalista e reformista, que começou durante o governo de Jânio Quadros, mas foi durante o governo de João Goulart que começou a se intensificar o bloco nacional-reformista. A ideia por trás da reforma era restabelecer a taxa de lucro, acelerando o acúmulo de capital nacional e contou com a participação da elite brasileira (BRANDÃO, 2015).

Toda essa movimentação ajudou no declínio e fim do governo de João Goulart. Muitos empresários brasileiros passavam para a embaixada norte-americana informações e opiniões pessoais sobre o governo brasileiro. Entre os empresários é importante citar Walther Moreira Salles, responsável pela criação do banco Itaú (BRANDÃO, 2015).

Walther Moreira Salles se encontrou diversas vezes com o embaixador dos EUA, Lincoln Gordon, e mostrou preocupação com a economia brasileira. Além disso, Salles tinha ligação com o Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais (IPES) que associado ao Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD) teve uma forte atuação na conspiração que acabou com o golpe e a retirada de Goulart do poder (BRANDÃO, 2015).

Em 1964, após o golpe, o modelo econômico implantado no Brasil orientou-se a partir de um conjunto reformista estabelecido pelo Plano de Ação Econômica do Governo (PAEG) durante o governo de Castelo Branco. Esse conjunto contava com mudanças fiscais, que instituiu um sistema tributário regressivo, que deveria penalizar os trabalhadores. Outra mudança foi a reforma trabalhista, que aconteceu por meio de uma política de arrocho salarial, junto ao fim da estabilidade dos empregos e de repressões aos sindicatos. Aconteceu também a reforma financeira, que abriu a economia para o capital estrangeiro (BRANDÃO, 2015).

A reforma financeira possibilitou a criação de bancos de investimentos, com o objetivo de dinamizar o mercado financeiro do Brasil, para isso a ideia era ampliar as funções desempenhadas pelos bancos comerciais, assim as instituições financeiras poderiam captar recursos, tanto nacional quanto internacional, e operar em várias modalidades no mercado de ações (BRANDÃO, 2015).

Todas essas mudanças causaram a centralização de capitais no sistema bancário, o que causou a formação de grandes conglomerados financeiros. O

governo brasileiro justificou essa centralização sob alegação da necessidade de expandir a capacidade do setor de movimentar capital e oferecer financiamentos de longo prazo, usados para obras de infraestrutura que marcaram a ditadura civil-militar (BRANDÃO, 2015).

Existia no Brasil um número grande de pequenos bancos que foram aparecendo desde a fase inicial da industrialização nacional, junto a um longo período inflacionário e de um surto de atividades especulativas. Nesse cenário a concentração bancária começou na verdade durante a década de 1940, durando até 1964, nesse período o número de bancos no Brasil passou de 509 para 328. Os bancos que desapareceram eram aqueles de pequeno porte, os que eram mais solidificados socialmente conseguiram se manter, devido às mudanças (reformas) durante o governo de Castelo Branco (MACARINI, 2007).

A distribuição de depósitos nos bancos que resistiram deixou ainda mais evidente a concentração, principalmente entre os cinco maiores bancos da época. No período entre 1967 e 1976 o total de depósitos nesses bancos saiu de 20,9% para 34,2%, incluindo o Banco do Brasil. Dentre esses maiores bancos é importante lembrar o Bradesco, que era o maior banco comercial privado e que em 1976 possuía aproximadamente 12,1% dos depósitos do sistema bancário brasileiro sendo que até o ano de 1964 o banco que ocupava a posição de maior banco comercial privado possuía aproximadamente 4,2% dos depósitos. É possível afirmar então que em 1977 os cinco maiores bancos privados comandavam cerca de 44% do total de depósitos feitos no país (MACARINI, 2007).

Segundo explicação de Rafael Vaz da Motta Brandão (2015), após a compra do Banco Aliança o Itaú América, em 1970, chega a ocupar as oitavas posições no ranking dos maiores bancos nacionais. Além disso, o Itaú em 1973 adquire também o Banco Português do Brasil (fundado em 1918 no Rio de Janeiro o Banco Português do Brasil tinha o foco em intermediar os interesses e necessidades financeiras que aconteciam entre Brasil e Portugal). Sendo assim, o Itaú se tornou o segundo maior banco por volume de depósitos no sistema bancário nacional e o primeiro em número de agências entre os bancos privados eram 468 unidades (uma diferença de 12 unidades a mais que o segundo colocado). Nos anos seguintes o Itaú aumentou seu patrimônio, como a compra do Banco União Comercial (ou BUC) após a quebra do Banco Halles. O banco Itaú foi muito beneficiado pela falência de

tantos bancos no começo da ditadura (1964) o que mostra o crescimento apoiado em participação de recursos públicos (BRANDÃO, 2015).

2.2.7 Outras empresas

Delfim Netto organizou, no Clube São Paulo, um banquete onde cada banqueiro, como por exemplo, Amador Aguiar (banco Bradesco) e Gastão Eduardo de Bueno Vidigal (Banco Mercantil de São Paulo) teriam doado uma quantia de 110 mil dólares para ajudar no financiamento da OBAN. Entretanto, não foram somente os banqueiros que ajudaram no financiamento da OBAN, havia também as multinacionais, apontado anteriormente por Bacoccina (2014), como os grupos Ultra, Ford, General Motors, Camargo Corrêa, Objetivo e Folha, por exemplo (BRASIL, 2014a).

Além de multinacionais como a Nestlé, General Eletric, Mercedes Benz e Siemens e Light. Documentos mostram que havia também um apoio ativo vindo da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP), o que mostra que existia um número incerto de empresários paulistas que também estavam doando montantes de dinheiro. O ministro da Fazenda, Delfim Netto, era sempre visto nos salões da FIESP realizando palestras aos empresários, durante reuniões em que pedia por recursos para ajudar no financiamento da OBAN (BRASIL, 2014a).

2.3 AS CONSEQUÊNCIAS PARA A VIDA DO TRABALHADOR BRASILEIRO

As empresas encontraram, com a forte repressão somada ao controle político e a busca pelo crescimento econômico nacional, uma forma de aumentar sua produtividade do trabalho junto a um aumento no acúmulo de capital. O grande problema é que essas mudanças acabaram por causar problemas na vida dos trabalhadores, como o cansaço das longas jornadas de laborais sem intervalo, as exigências cada vez maiores e mais frequentes por parte dos patrões para que os índices de produtividade fossem alcançados, além de estarem trabalhando, muitas vezes, em ambientes insalubres, a falta de manutenção das máquinas, a precária alimentação junto as descumprimento das normas básicas de segurança. Todas essas questões afetavam o cotidiano dos trabalhadores que eram então os mais

afetados, colocando em risco a saúde física e mental dessas pessoas, causando um número cada vez maior de acidentes de trabalho (SILVA, 2015).

A ampliação da legislação previdenciária durante este período teria sido uma forma de “compensar” as questões enfrentadas pelos trabalhadores. Além de servir também como uma regulamentação e generalização das formas de exploração do trabalho, o sistema previdenciário foi unificado e utilizado, através da junção das instituições de aposentadoria e pensões que existiam até então, dando assim origem ao Instituto Nacional de Previdência Social (INPS) em 1966. Até esse momento a previdência era controlada pelos sindicatos e por segurados privadas, passando muita burocracia estatal (SILVA, 2015).

Os custos ligados a indenizações geradas por acidentes de trabalho foram sendo assumidos pelo governo, que arcava com as despesas por meio de benefícios previdenciários. O que acontecia é com essa mudança as ações eram desestimuladas em troca de uma pequena aposentadoria por invalidez ou às vezes em alguns casos por morte (SILVA, 2015).

O Brasil foi considerado, nesse período, um recordista mundial em acidentes de trabalho, porém ainda assim é importante lembrar as estatísticas conhecidas sobre o assunto não são de tudo confiáveis, principalmente se levar em consideração o fato do registro sobre as ações referentes aos acidentes terem sido controladas pelo governo, que impunha grande censura e subnotificação aos casos, principalmente os de menor gravidade (SILVA, 2015).

Ainda assim, mesmo com a interferência do governo em 1975 foram registradas 1,92 milhões de ocorrências de acidentes de trabalho (SPERANZA, 2020). Existe ainda, como apontado por Ana Beatriz Ribeiro Barros Silva (2015) a questão de que os empresários usam o discurso de que acidentes acontecem e são inevitáveis. Para essas pessoas os acidentes seriam na verdade resultado da imprudência e da ignorância dos trabalhadores.

Em 1966 foi fundada a Fundacentro (uma fundação do governo brasileiro vinculado ao Ministério da Economia, com o objetivo de elaborar estudos e pesquisas com assuntos ligados a questões de segurança, higiene, meio ambiente e medicina do trabalho), que ajudou a difundir a ideia de que mais de 80% dos acidentes de trabalho eram na verdade resultado da ignorância dos próprios trabalhadores, além de acusações de que os trabalhadores se auto mutilavam para conseguir indenizações indevidas (SILVA, 2015).

Muitas das empresas estudadas neste trabalho se manifestaram, posteriormente, sobre sua atuação durante o regime civil-militar. A Volkswagen, por exemplo, disse que realizou uma *mea culpa* (termo usado para dizer que confessa a culpa e pede perdão) sobre o período, a partir de um relatório elaborado pelo professor alemão Christopher Kopper que foi divulgado pela empresa em 14 de dezembro de 2017 onde assumiram que aconteceu a cooperação com a ditadura brasileira, da qual a empresa se beneficiou economicamente (BEDINELLI, 2017).

A Volkswagen inaugurou uma placa como uma forma de manter na memória todas as vítimas da ditadura brasileira. Essa placa foi colocada dentro da fábrica em São Bernardo do Campo, na ala em que jovens frequentavam cursos de formação, nela está escrito: “Em memória a todas as vítimas da ditadura militar no Brasil. Pelos direitos humanos, democracia, tolerância e humanidade”. Além disso, anunciou financiamento a projetos sociais (ESTADÃO CONTEÚDO, 2017). Como foi anunciada em 23 de setembro de 2020 em nota conjunta do Ministério Público Federal, Ministério Público do Estado de São Paulo e Ministério Público do Trabalho, a empresa vai pagar R\$ 36,3 milhões para os trabalhadores que foram presos, perseguidos ou torturados na época do regime, tornando-se a primeira a mostrar uma reparação judicial por participar tão intensamente da repressão aos trabalhadores (CONSULTOR JURÍDICO, 2020). Em troca da destinação do dinheiro serão encerrados três inquéritos civis, contra a empresa, que cobravam a Volkswagen pela aliança com os militares, além de ficar vetado que novas proposições de ações aconteçam (VENDRUSCOLO, 2020).

O banco Bradesco teve um empregado readmitido. O caso é que esse empregado foi demitido há cinco décadas, durante a ditadura, por motivos políticos. O Bradesco tentou recorrer, mas a Quinta Turma do Tribunal Superior do Trabalho negou o pedido. O bancário deve, segundo a justiça, ocupar o mesmo cargo (chefe da carteira de cobrança do banco na cidade) do momento da dispensa ou o cargo atual que correspondente ao antigo cargo, com direito à progressão funcional, direitos e vantagens conquistadas pela categoria no período em que esteve afastado (CORREIA, 2014). O banco não se pronunciou sobre o caso do bancário ou sobre a citação na Comissão Nacional da Verdade.

O Itaú distribuiu aos seus clientes em 2014 uma agenda, com uma parte onde eram apresentadas as datas comemorativas do ano, dentre essas datas no dia 31 de março estava marcado o "aniversário da revolução de 1964". Com a repercussão

negativa, a pedido do jornalista e escritor Mário Magalhães, o Itaú se pronunciou no blog do jornalista, onde afirmou (SINDICATO DOS BANCÁRIOS-CUT, 2014):

O Itaú Unibanco informa que a agenda distribuída aos clientes conta com informações sobre datas relevantes ao longo do ano. O banco é apertado e, em hipótese alguma, pretende defender uma posição política no conteúdo entregue aos correntistas (SINDICATO DOS BANCÁRIOS-CUT, 2014).

Sobre o Grupo Globo, esse primeiro tentou esconder os comícios para eleições diretas, mas com a cobrança das pessoas o posicionamento mudou e assim os comícios passaram a ser divulgados por eles. Após a morte de Roberto Marinho, seus filhos autorizaram a publicação de um editorial no jornal O Globo sugerindo que o apoio à ditadura teria sido um erro, e pedido desculpas (BELÉM, 2018).

No texto do editorial, que foi redigido para o site “Memória”, o jornal começa apresentando um contexto histórico e aponta não ter sido o único jornal a apoiar o regime, no trecho (REDAÇÃO PRAGMATISMO, 2013):

O apoio foi um erro; o reconhecimento do erro é necessário; reafirmamos nosso apego aos valores democráticos; a lembrança do apoio é um incômodo, mas não há como refutá-lo; o jornal O Globo apoiou a ditadura, ao lado de outros grandes jornais como **Estadão, Folha, Jornal do Brasil, Correio da Manhã**; o medo (na época) era de outro golpe, de João Goulart; a divisão ideológica do mundo na Guerra Fria, comunistas e capitalistas, se reproduzia; o golpe era visto pelo jornal como a única alternativa para manter no Brasil uma democracia (MEMÓRIA, 2013).

Basicamente, a Globo tenta convencer as pessoas de que foi enganada pelas promessas dos militares do que a ditadura de fato seria como é possível analisar no trecho (REDAÇÃO PRAGMATISMO, 2013):

A intervenção militar seria passageira; prometeram eleições para 1966, que não aconteceram; houve novo golpe dentro do golpe, com o AI-5; mas a revolução ‘foi uma exigência inelutável do povo brasileiro’; Roberto Marinho dizia que houve revolução, não golpe; ele sempre esteve ao lado da legalidade; abrigou jornalistas de esquerda no jornal; acompanhavam alguns nos depoimentos porque sabia que muitos desapareciam; aprendemos com os erros cometidos e nos enriquecemos ao reconhecê-los; o jornal fez o certo naquele momento, visando ao bem do país; hoje se sabe que foi um erro (MEMÓRIA, 2013).

Após a publicação da matéria pela “The Intercept Brasil”, a Fiat disse que não tem memória desses acontecimentos e que preferia não se pronunciar (CESAR; GROSSI; CERANTOLA; DEMORI, 2019). Entretanto, quando questionados sobre os documentos encontrados em Turim (sede da empresa na Itália), que apesar de falar muito sobre a realidade social e política brasileira não fazia nenhuma citação aos sindicatos e nem aos trabalhadores. Quando questionados sobre os documentos o Centro Histórico da Fiat afirmou não possuir nenhum desses documentos (ESTADÃO, 2017). Em geral, as empresas citadas apoiaram o regime até o fim, mas tentam esconder este fato e quando expostas tratam como apenas uma pequena fase da história das empresas, mas que não possuem muita relevância. Nesse sentido, a Comissão Nacional da Verdade é fundamental para que a sociedade brasileira entenda porque a ditadura não foi apenas militar, e para que saibam quem eram os civis, especialmente o grande empresariado, que compactuavam com a repressão e a violência.

CONCLUSÃO

A ditadura militar brasileira começa a partir de um golpe no dia 31 de março de 1964, com tanques do exército sendo mandados para o Rio de Janeiro, onde estava o então presidente João Goulart, que se exilou no Uruguai, e então o país passa a ser governado por uma junta militar, até que em 15 de abril o primeiro presidente da ditadura brasileira, o general Castello Branco, assume o poder (CARVALHO, 2021). O objetivo seria então livrar o Brasil da corrupção e do comunismo, para que assim fosse possível restaurar a democracia (FAUSTO, 2006).

Com a chegada de multinacionais ao Brasil a classe trabalhadora era submetida a várias formas de exploração econômica, como a diminuição dos salários, os trabalhadores passaram a trabalhar por mais horas para que conseguissem comprar alimentos mensalmente, juntamente com condições precárias de trabalho que muitas vezes acarretavam acidentes de trabalho (PAULINO, 2020), junto a repressão cada vez maior após a criação do AI-5, já que com ele o governo podia também punir qualquer pessoa que fosse contra a ditadura (CARVALHO, 2021).

Um grande marco da ditadura é o “Milagre Econômico”, que conseguiu números positivos para a economia nacional, entre 1969 e 1973, e foi causado devido à combinação do crescimento econômico com baixas taxas de inflação. Nesse período, o Produto Interno Bruto (PIB) cresceu em 11,2%, chegando a 13% no ano de 1973. Na mesma época a taxa média de inflação não passou dos 18% (FAUSTO, 2006).

Mas pouco se fala sobre a realidade das pessoas nesse contexto, como a realidade de apesar de ter sido bom para os empresários a realidade dos trabalhadores não era promissora, como foi explicado antes. Apesar do crescimento econômico, a concentração de renda no país também cresceu e o desenvolvimento somado à repressão política causou ainda mais exclusão social. Um grupo pequeno da população que fazia parte dos dez por cento mais ricos cresceu, mas o número de pessoas que sobreviviam com menos de um salário-mínimo também cresceu (TARMARIM, 2022).

Os economistas foram unânimes ao afirmar que o grupo mais beneficiado, empresários e classe média, foram a parte com maior grau de instrução da população brasileira (MENDONÇA; SANZ, 2007). Em resumo, para que o “milagre”

acontecesse os militares contiveram os salários, mudando a fórmula usada para reajustar os salários a frente da inflação, somado a interferência e repressão dos militares nos sindicatos (SANZ; MENDONÇA, 2017).

Conforme visto neste trabalho, uma das iniciativas que agregaram militares e empresários foi a Oban. Esta operação tratou-se de uma tentativa (bem-sucedida) de dar mais eficiência à repressão com a coordenação dos aparatos policiais e das forças armadas (MEMORIA DA DEMOCRACIA, 2015). Dentre as empresas estudadas que participaram da operação estavam a Fiat, a General Motors e a Volkswagen.

Além disso, a situação se agrava ainda mais quando se analisam os fatos revelados pela Comissão Nacional da Verdade, apontando a participação de grandes empresas (nacionais e internacionais) na ditadura. O Brasil criou regras para facilitar a entrada de capital estrangeiro, com a abertura de postos de emprego, assim as empresas multinacionais viram no país uma oportunidade de expansão com a ajuda dos militares (SANZ; MENDONÇA, 2017). Por mais que a entrada de capital estrangeiro seja um ponto positivo para a economia nacional, o problema se encontra nas ações dessas empresas em contribuir com a violência durante os 21 anos da ditadura brasileira.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Janaina Borges; Oliveira, Lídia Cristina Alves Moraes; PEREIRA, Ana Alexandra Ramos Caria. O Relato Corporativo da Petrobrás Durante o Período de Ditadura Militar. **XVII Congresso USP**. São Paulo, 2017. Disponível em: <https://congressousp.fipecafi.org/anais/17UsplInternational/ArtigosDownload/476.pdf> . Acesso em: 02 de abril de 2022.
- ARAUJO, Victor Leonardo. A macroeconomia do governo Costa e Silva (1967-1969). **XII Congresso Brasileiro de História Econômica**. Niterói, agosto de 2017. Disponível em: [http://www.abphe.org.br/uploads/ABPHE%202017/6%20A%20macroeconomia%20do%20governo%20Costa%20e%20Silva%20\(1967-1969\).pdf](http://www.abphe.org.br/uploads/ABPHE%202017/6%20A%20macroeconomia%20do%20governo%20Costa%20e%20Silva%20(1967-1969).pdf). Acesso em 04 de março de 2022.
- ARAUJO, Victor Leonardo. A macroeconomia do governo Médici (1969-1974): uma contribuição ao debate sobre as causas do “milagre” econômico. **Sociedade Brasileira de Economia Política**, 2018. Disponível em: <https://sep.org.br/anais/Trabalhos%20para%20o%20site/Aea%202/27.pdf>. Acesso em: 07 de março de 2022.
- AMARAL, Marina. Carlos Lamarca. **Memórias da Ditadura**, 2015. Disponível em: <https://memoriasdaditadura.org.br/biografias-da-resistencia/carlos-lamarca/>. Acesso em: 05 de maio de 2022.
- ÂNGELIS, Rebeca. Você sabe o que foi o Aparteid? **UNAMA**, 2019. Disponível em: <https://www.unama.br/noticias/voce-sabe-o-que-foi-o-apartheid>. Acesso em: 09 de maio de 2022.
- ASSUNTOS DA ONU. Palestina assume presidência do “Grupo dos 77 e China”. **Nações Unidas**, 2019. Disponível em: <https://news.un.org/pt/story/2019/01/1655412>. Acesso em 19 de março de 2022
- BACOCINA, Denize. As empresas e a ditadura. **ISTOÉ**, 12 dez. 2014. Disponível em: <https://www.istoedinheiro.com.br/as-empresas-e-a-ditadura/>. Acesso em: 10 de abril de 2022.
- BARRUCHO, Luis. 50 anos do AI-5: Os números por trás do ‘milagre econômico’ da ditadura no Brasil. **BBC News Brasil**, 2018. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-45960213>. Acesso em: 18 de abril de 2022.
- BEDINELLI, Talita. Volkswagen admite laços com a ditadura militar, mas falha ao não detalhar participação, diz pesquisador. **El País**, 18 dez de 2017. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2017/12/15/politica/1513361742_096853.html. Acesso em: 13 de maio de 2022.
- BELÉM, Euler de França. Pedido de desculpa do Grupo Globo sugere que ninguém gostou de apoiar o golpe de 64 e a ditadura. **Jornal Opção**, 08 set 2018. Disponível em: <https://www.jornalopcao.com.br/colunas-e-blogs/imprensa/pedido-de-desculpa->

[do-grupo-globo-sugere-que-ninguem-gostou-de-apoiar-o-golpe-de-64-e-a-ditadura-135914/](#). Acesso em: 15 de maio de 2022.

BORGES, Beatriz. Mais de 80 empresas colaboraram com a ditadura militar no Brasil. **El País**, 2014. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2014/09/08/politica/1410204895_124898.html. Acesso em: 18 de abril de 2022.

BRANDÃO, Rafael Vaz da Motta. Empresariado e Ditadura no Brasil: o caso dos banqueiros. **História & Parcerias**, 2015. Disponível em: https://www.encontro2018.rj.anpuh.org/resources/anais/8/1529359595_ARQUIVO_ArquivoANPUH2018.pdf. Acesso em: 11 de maio de 2022.

BRASIL. **Comissão Nacional da Verdade** – Relatório: textos temáticos. Brasília: CNV, 2014a. p. 57-88. Disponível em: http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/images/pdf/relatorio/volume_2_digital.pdf. Acesso em: 26 de abril de 2022.

BRASIL. **Comissão Nacional da Verdade**: Parte II – As estruturas do Estado e as graves violações dos direitos humanos. Brasília: CNV, 2014b. Disponível em: http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/images/pdf/relatorio/volume_1_pagina_83_a_274.pdf. Acesso em: 26 de abril de 2022.

CAPUTO, Ana Cláudia; MELO, Hildete Pereira de. A Industrialização Brasileira nos Anos de 1950: Uma Análise da Instrução 113 da SUMOC. Est. Econ., São Paulo, v. 39, n. 3, P. 513-538, 2009. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/ee/article/view/35981/38698>. Acesso em: 04 de abril de 2022.

CARVALHO, Talita de. Ditadura Militar no Brasil. **Politize!**, 31 de março de 2021. Disponível em: <https://www.politize.com.br/ditadura-militar-no-brasil/#:~:text=A%20ditadura%20militar%20no%20Brasil%20durou%202011%20anos%20e%20teve%205,000%20opositores%20do%20regime%20e%20censura>. Acesso em 23 de maio de 2022.

CARVALHO, Talita de. **Ditadura Militar no Brasil**. **Politize!**, 2021. Disponível em: <https://www.politize.com.br/ditadura-militar-no-brasil/>. Acesso em: 23 de maio de 2022.

CASA DA CONSULTORIA. Multinacionais no Brasil, 2022. Disponível em: <https://casadaconsultoria.com.br/multinacionais-no-brasil/#:~:text=As%20empresas%20multinacionais%20come%20a%20arrastarem%20a%20parada%20investir%20no%20setor%20industrial>. Acesso em: 04 de abril de 2022.

CASADO, José. Repressão no pátio da fábrica. Rádio Petroleira, 2013. Disponível em: <https://www.sindipetroalse.org.br/noticia/751/repressao-no-patio-da-fabrica>. Acesso em: 25 de abril de 2022.

CASTRO, Celso. O golpe de 1964 e a instauração do regime militar. **FGV CPDOC**, 2020. Disponível em:

<https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/FatosImagens/Golpe1964#top>. Acesso em 27 de fevereiro de 2022.

CERVO, Amado Luiz; BUENO, Clodoaldo. **História da política exterior do Brasil**. 2 ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2002.

CESAR, Janaina; GROSSI, Pedro; CERANTOLA, Alessia; DEMORI, Leandro. 145 Espiões: O aparelho clandestino de espionagem que enriqueceu a Fiat no Brasil. **The Intercept Brasil**, 25 fev 2019. Disponível em: <https://theintercept.com/2019/02/25/espionagem-enriqueceu-fiat-brasil/>. Acesso em: 16 de maio de 2022.

CHEVROLET WORLDWIDE. **Gm Do Brasil Começou Suas Atividades Em 1925, Em Um Galpão No Bairro Paulistano Do Ipiranga**. 2016. Disponível em: <https://media.gm.com/media/br/pt/chevrolet/news.detail.html/content/Pages/news/br/pt/2015/jan/0126-1925.html>. Acesso em: 25 de abril de 2022.

CONSULTOR JURÍDICO. Volks faz acordo de R\$ 36 milhões e encerra ações por colaborar com a ditadura, 23 set 2020. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2020-set-23/volks-pagara-36-milhoes-colaborado-ditadura>. Acesso em: 13 de maio de 2022.

CORREIA, Mário. Bancário dispensado por motivo político durante regime militar vai ser readmitido. **Jusbrasil**, 2014. Disponível em: <https://tst.jusbrasil.com.br/noticias/113986360/bancario-dispensado-por-motivo-politico-durante-regime-militar-vai-ser-readmitido>. Acesso em: 19 de maio de 2022.

COSTA, Alessandra de Sá Mello da; SILVA, Marcelo Almeida de Carvalho Silva. Empresas, Violação dos Direitos Humanos e Ditadura civil-militar brasileira: a perspectiva da Comissão Nacional da Verdade. **O&S-** Salvador, v. 25, n. 84, p. 015-029, 2018.

COSTA, Alessandra; CAMPOS, Pedro Henrique Pedreira; SILVA, Marcelo Almeida de Carvalho. **A Volkswagen e a ditadura: a colaboração da montadora alemã com a repressão aos trabalhadores durante o regime civil-militar brasileiro**. Rev. Bras. Hist. 42 (89), 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbh/a/Gt4dXN8xxv8GqqrYdZj9YHg/?lang=pt>. Acesso em: 24 de abril de 2022.

D'Araujo, Maria Celina. O AI-5. **FGV CPDOC**, 2020. Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/FatosImagens/AI5>. Acesso em 28 de março de 2022.

ESTADÃO. Fiat colaborou com a ditadura no Brasil, 2019. Disponível em: <https://jornaldocarro.estadao.com.br/carros/fiat-colaborou-ditadura-brasil/>. Acesso em: 16 de maio de 2022.

ESTADÃO. Fiat aproveitou a ditadura militar para se firmar no Brasil. **EXAME**, 2017. Disponível em: <https://exame.com/negocios/fiat-aproveitou-a-ditadura-militar-para-se-firmar-no-brasil/>. Acesso em: 23 de maio de 2022.

ESTADÃO CONTEÚDO. Volks reconhece apoio à ditadura sob protestos de ex-perseguidos. **Veja**, 15 dez 2017. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/brasil/volks-reconhece-apoio-a-ditadura-sob-protestos-de-ex-perseguidos/>. Acesso em: 13 de maio de 2022.

FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. 12º ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

FERRARO, Francine; GRECHI, Patrícia Assoni. Relações bilaterais entre Brasil e África do Sul: do período colonial à política africana do Presidente Lula. **Revista Perspectiva**, 2014. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/RevistaPerspectiva/article/download/64964/37452#:~:text=O%20interesse%20do%20Brasil%20na,presen%C3%A7a%20brasileira%20na%20pol%C3%ADtica%20internacional>. Acesso em: 16 de maio de 2022.

FICO, Carlos. Versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 24, nº 47, p.29-60 – 2004. Disponível em: <https://pucdegoias.sharepoint.com/sites/20221-CRI1084A02-96XB/Documentos%20Compartilhados/General/Carlos%20Fico%20-%20Vers%C3%B5es%20e%20controv%C3%A9rsias%20sobre%201964%20e%20a%20ditadura%20militar.pdf>. Acesso em 11 de março de 2022.

FILHO, William Helal. Carlos Lamarca: O guerrilheiro morto há 50 anos que marcou adolescência de Jair Bolsonaro. **O Globo**, 2021. Disponível em: <https://blogs.oglobo.globo.com/blog-do-acervo/post/carlos-lamarca-quem-foi-o-guerrilheiro-morto-ha-50-anos-e-por-que-bolsonaro-nunca-o-esqueceu.html>. Acesso em: 05 de maio de 2022.

FRANKLIN, Joelma. AI-5: Qual o seu impacto na democracia brasileira? **politize!** 2020. Disponível em: <https://www.politize.com.br/ato-institucional-5/> Acesso em 19 de março de 2020.

FREIRE, Rafael. Os dias gloriosos da Globo e da Ditadura. **A Verdade**, 2016. Disponível em: <https://averdade.org.br/2016/04/os-dias-gloriosos-da-globo-e-da-ditadura/>. Acesso em: 15 de maio de 2022.

HORTA, Maurício. Ditadura militar enriqueceu grandes empreiteiras. **Super Interessante**, 2016. Disponível em: <https://super.abril.com.br/historia/ditadura-militar-enriqueceu-grandes-empreiteiras/>. Acesso em: 18 de abril de 2022.

KOPPER, Christopher. **A VW do Brasil durante a Ditadura Militar brasileira 1964-1985**: Uma abordagem histórica. Departamento de História Corporativa da Volkswagen Aktiengesellschaft Dieter Landenberger, 2017. Disponível em: https://www.volkswagenag.com/presence/konzern/documents/history/VW_B_DoBrasil_p_WEB.pdf. Acesso em: 24 de abril de 2022.

LAMARÃO, Sérgio. Movimento contra a ditadura. FGV CPDOC. Rio de Janeiro, 2009. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/movimento-contr-a-ditadura>. Acesso em: 23 de março de 2022.

LARA, Ricardo; SILVA, Mauri Antônio da. A ditadura civil-militar de 1964: os impactos de longa duração nos direitos trabalhistas e sociais no Brasil. **Serviço Social e Sociedade**, 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ssoc/a/NGwM4fhVhW4rhdnTNXZhpmm/?lang=pt> Acesso em 27 de fevereiro de 2022.

LEVANTE. As empresas que financiaram a ditadura são as mesmas que controlam o atual sistema político, 2015. Disponível em: <https://levante.org.br/2015/03/30/as-empresas-que-financiaram-a-ditadura-sao-as-mesmas-que-controlam-o-atual-sistema-politico/>. Acesso em: 19 de maio de 2022.

MACARINI, José Pedro. A política bancária do regime militar: o projeto de conglomerado (1967-1973). **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 16, n. 3 (31), p. 343-369, dez. 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ecos/a/hJT7nd3GZ5btfYZkgw3zsXb/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 11 de maio de 2022.

MACIEL, David. **Ditadura Militar e capital monopolista**: estruturação, dinâmica e legado. Lutas Sociais, São Paulo, vol.18 n.32, p.64-78, jan./jun. 2014.

MENDONÇA, Heloísa; SANZ, Beatriz. O lado obscuro do ‘milagre econômico’ da ditadura: o boom da desigualdade. **El País**. São Paulo, 2017. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2017/09/29/economia/1506721812_344807.html. Acesso em: 04 de abril de 2022.

MEMÓRIA. Apoio ao golpe de 64 foi um erro, 2013. Disponível em: <http://memoria.oglobo.globo.com/erros-e-acusacoes-falsas/apoio-ao-golpe-de-64-foi-um-erro-12695226>. Acesso em: 15 de maio de 2022.

MEMORIA DA DITADURA. Nasce a OBAN, Braço da tortura em SP, 2015. Disponível em: [http://memorialdademocracia.com.br/card/nasce-a-oban-braco-da-tortura-em-sp#:~:text=A%20Oban%20foi%20criada%20para,civis\)%20e%20as%20For%C3%A7as%20Armadas](http://memorialdademocracia.com.br/card/nasce-a-oban-braco-da-tortura-em-sp#:~:text=A%20Oban%20foi%20criada%20para,civis)%20e%20as%20For%C3%A7as%20Armadas). Acesso em: 27 de maio de 2022.

MONTEIRO, Tiago Francisco. DITADURA EMPRESARIAL-MILITAR E APARTHEID: A SOUTH

AFRICAN AIRWAYS (SAA) NO BRASIL E OS VÍNCULOS ENTRE PARCELAS DO EMPRESARIADO BRASILEIRO E BÔER (1968-1974). **ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História**, Rio de Janeiro, 2021. Disponível em: https://www.snh2021.anpuh.org/resources/anais/8/snh2021/1628562195_ARQUIVO_bf972dff910f3b6b124c3ef3dece3eca.pdf. Acesso em: 09 de maio de 2022.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Sobre as origens e motivações do Ato Institucional 5. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 38, nº 79, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbh/a/jZh4sttTXLWN5KJMWXJNQzt/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 20 de março de 2022.

PAULINO, Ana Elisa Lara. O impacto do “milagre econômico” sobre a classe trabalhadora segundo a imprensa alternativa. **Rev. katálysis** 23 (03) • Sep-Dec 2020. Disponível: <https://www.scielo.br/j/rk/a/sXk5ZyqcRkx5DHBCCfj8rLN/?lang=pt>. Acesso em: 02 de abril de 2022.

REDAÇÃO PRAGMATISMO. Globo diz que errou e pede desculpas por apoio à ditadura, 02 set 2013. Disponível em: <https://www.pragmatismopolitico.com.br/2013/09/globo-errou-pede-desculpas-apoio-ditadura.html>. Acesso em: 15 de maio de 2022.

RICUPERO, Rubens. **A diplomacia na construção do Brasil (1750-2016)**. Rio de Janeiro: Versal, 2017.

SANZ, Beatriz; Mendonça, Heloísa. O lado obscuro do ‘milagre econômico’ da ditadura: o boom da desigualdade. *El País*, 2017. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2017/09/29/economia/1506721812_344807.html. Acesso em: 23 de maio de 2022.

SCHLICKMANN, Mariana. Brasil e África do Sul no contexto do apartheid: relações e rupturas. **XXIX Simpósio Nacional de História**, 2017. Disponível em: https://www.snh2017.anpuh.org/resources/anais/54/1488849977_ARQUIVO_BRASIL_AFRICADOSULNOCONTEXTODOAPARTHEID-relacoesrupturas.pdf. Acesso em: 23 de maio de 2022.

SILVA, Ana Beatriz Ribeiro Barros. Brasil, o “campeão mundial de acidentes de trabalho”: controle social, exploração e prevencionismo durante a ditadura empresarial-militar brasileira. **Revista Mundos do Trabalho**, vol. 7, n. 13, janeiro-junho de 2015, p. 151-173. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/mundosdotrabalho/article/view/1984-9222.2015v7n13p151/31305>. Acesso em: 07 de maio de 2022.

SILVA, Ana Beatriz Ribeiro Barros Silva. Acidentes, adoecimento e morte no trabalho como tema de estudo da História. org. **Trabalho e trabalhadores no Nordeste**: análises e perspectivas de pesquisas históricas em Alagoas, Pernambuco e Paraíba. Campina Grande: EDUEPB, 2015. p. 215-240.

SILVA, Claudiane Torres da. A ditadura civil-militar e o Direito do Trabalho no Brasil. **Anais do XXVI Simpósio Nacional de História** – ANPUH • São Paulo, julho 2011. Disponível em: http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1300658529_ARQUIVO_AditaduracivilmilitareodireitodotrabalhonoBrasil.pdf. Acesso em 27 de fevereiro de 2022.

SINDICATO DOS BANÁRIOS –CUT. 50 anos depois, agenda do Itaú ainda trata golpe como 'revolução' de 1964, 2014. Disponível em: <https://www.bancariosabc.org.br/bancos/itau/1014-50-anos-depois-agenda-do-itau-ainda-trata-golpe-como-revolucao-de-1964.html>. Acesso em: 19 de maio de 2022.

SKIDMORE, Thomas E., **Brasil: de Castelo e Tancredo**, 1964-1985; tradução Mario Salviano Silva. - Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SOUZA, Ismaralzepe de. A política externa brasileira durante o regime militar (1964-1985): um balanço historiográfico. **XXVII Simpósio Nacional de Historia**, 2013. Disponível em: http://www.snh2013.anpuh.org/resources/anais/27/1364951563_ARQUIVO_TEXTO_Apoliticaexternabrasileiraduranteoregimemilitar.pdf Acesso em 19 de março de 2022.

SPERANZA, Clarice Gontarski. Como culpar os trabalhadores por suas próprias mortes: uma análise das políticas públicas para os acidentes de trabalho durante a ditadura militar. **Mundos do Trabalho**, Florianópolis, v. 12, 2020, p. 1-4. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/mundosdotrabalho/article/view/1984-9222.2020.e71350/42714>. Acesso em: 07 de maio de 2022.

TARMARIM, Eduardo. O "milagre econômico brasileiro". Rádio Câmara, 2022. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/radio/programas/279588-o-milagre-economico-brasileiro/>. Acesso em: 02 de abril de 2022.

TOLEDO, Caio Navarro. 1964: o golpe contra as reformas e a democracia. **Revista Brasil Historia**, 2004. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbh/a/YLMc8hZWZfpV4sPzsZFCkqq/?lang=pt>. Acesso em 27 de fevereiro de 2022.

VASCONCELOS, Diego. A relação ideológica das organizações globo com o governo militar de 1964. **Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação**. XXI Congresso de Ciências da Comunicação na Região Nordeste – São Luís – MA, 2019. Disponível em: <https://portalintercom.org.br/anais/nordeste2019/resumos/R67-1400-1.pdf>. Acesso em: 15 de maio de 2022.

VENDRUSCOLO, Stephanie. Volkswagen assina acordo milionário de reparação por colaborar com ditadura e abre precedente histórico. **El País**, setembro de 2020. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2020-09-24/volkswagen-assina-acordo-milionario-de-reparacao-por-colaborar-com-ditadura-e-abre-precedente-historico.html>. Acesso em: 21 de maio de 2022.

VILELA, Janaína Alcântara. **A Memória do Direito do Trabalho durante a Ditadura Militar**. Disponível em: <http://www.publicadireito.com.br/artigos/?cod=7d2be41b1bde6ff8> Acesso em 27 de fevereiro de 2022.

RESOLUÇÃO n°038/2020 – CEPE

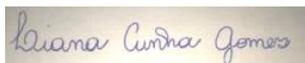
ANEXO I
APÊNDICE ao TCC

Termo de autorização de publicação de produção acadêmica

A estudante LIANA CUNHA GOMES do Curso de Relações Internacionais matrícula 20181004300760 telefone: (64) 981252190 e-mail liaanacunha@icloud.com na qualidade de titular dos direitos autorais, em consonância com a Lei nº 9.610/98 (Lei dos Direitos do autor), autoriza a Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC Goiás) a disponibilizar o Trabalho de Conclusão de Curso intitulado “AS MULTINACIONAIS, A REPRESSÃO ESTATAL E O ATAQUE AOS DIREITOS TRABALHISTAS NO BRASIL: DO GOLPE DE 1964 AO ‘MILAGRE ECONOMICO”, gratuitamente, sem ressarcimento dos direitos autorais, por 5 (cinco) anos, conforme permissões do documento, em meio eletrônico, na rede mundial de computadores, no formato especificado (Texto (PDF); Imagem (GIF ou JPEG); Som (WAVE, MPEG, AIFF, SND); Vídeo (MPEG, MWV, AVI, QT); outros, específicos da área; para fins de leitura e/ou impressão pela internet, a título de divulgação da produção científica gerada nos cursos de graduação da PUC Goiás.

Goiânia, 16 de junho de 2022.

Assinatura do(s) autor(es):



Nome completo da autora:

Liana Cunha Gomes

Assinatura do professor orientador:



Nome completo do professor orientador:

Danillo Alarcon